



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
AMAPÁ/IFAP.

UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ CAMPOS LARANJAL DO JARI/
AP.

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

CARLA DOS SANTOS TRINDADE

LIDIANE VIEIRA PIMENTEL

**AUTISMO E SEUS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA ESCOLA
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ATURIÁ**

LARANJAL DO JARI

2022.



CARLA DOS SANTOS TRINDADE

LIDIANE VIEIRA PIMENTEL

**AUTISMO E SEUS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA ESCOLA
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ATURIÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - Ifap e da Universidade Aberta do Brasil UAB/IFAP, como requisito avaliativo da atividade.

Orientado por: Professor Me. Manoel Raimundo dos Santos.

LARANJAL DO JARI

2022.

FICHA CATALOGRAFICA

Biblioteca Institucional - IFAP Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T833a Trindade, Carla dos Santos
Autismo e seus desafios na educação básica na escola municipal de
educação infantil Aturiá. / Carla dos Santos Trindade, Lidiane Vieira
Pimentel. - Laranjal do Jari, 2022.
61 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal do Jari,
Curso de Licenciatura em Pedagogia (Ead), 2022.

Orientador: Me. Manoel Raimundo dos Santos.

1. Autismo origem e característica. . 2.
Direitos e garantias a inclusão autista. . 3. A inclusão
da criança autista a partir da educação infantil. I. Pimentel, Lidiane Vieira. I.
Santos, Me. Manoel Raimundo dos, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do IFAP
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



CARLA DOS SANTOS TRINDADE

LIDIANE VIEIRA PIMENTEL

**AUTISMO E SEUS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA ESCOLA
MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ATURIÁ**

Projeto de pesquisa de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Licenciatura em
Pedagogia pela Banca Examinadora
formada por:

Orientado por: Professor Me. Manoel
Raimundo dos Santos.

BANCA EXAMINADORA

Presidente Professor Me. Manoel Raimundo dos Santos

Deziane Costa da Silva

Prof. Deziane Costa da Silva

Marcileide Pimenta de Freitas

Prof. Esp. Marcileide Pimenta de Freitas

Aprovada(o) em: _____ / _____ / _____



Nota: _____

Dedicamos esse Trabalho, a nossa família e principalmente a todas as crianças autistas que de forma silenciosa e, até muitas vezes geniais, nos mostram um lado inexplorado do ser humano.



AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus pela oportunidade da vida, pela sabedoria a nós concedida pelo seu imenso amor e fidelidade dispensada todos os dias a cada um de nós.

A nossa família que é nosso alicerce da vida que com muita humildade e amor nos incentivaram a chegar até aqui.

Aos amigos do curso de licenciatura em pedagogia pela amizade e laços construídos.

A todos os professores e tutores que ministraram no curso de licenciatura em pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Amapá/IFAP que contribuíram para o nosso processo de ensino e aprendizagem.

Ao nosso orientador que nos auxiliou com a realização desta etapa de nossas vidas. Muito obrigada pela as orientações e incentivos.

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista – TEA é um tema, hoje, muito importante e que precisa ser discutido, em virtude do processo de inclusão escolar, por apresentar uma condição de saúde caracterizada por déficit na interação social do sujeito, afetando a comunicação e comportamento. Desta forma, necessita do trabalho comprometido de todos os profissionais envolvidos com a educação e principalmente da dedicação e empenho dos seus familiares. A presente pesquisa ocorreu na Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá, localizada no Município de Laranjal do Jari/AP. Neste sentido a presente pesquisa levanta a seguinte questão problema: como ocorre a inclusão do educando autista na Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá? Desta forma, a presente pesquisa possui como objetivo geral: analisar a inclusão do educando autista na Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá. Também se buscou compreender como identificar e analisar quais estratégias foram utilizadas pelos docentes para possibilitar as crianças autistas o direito a uma Educação Inclusiva de qualidade, assim como, identificar as principais dificuldades encontradas pelos professores em se relacionar com estes alunos. Metodologicamente trata-se um estudo de caso de abordagem qualitativa e faz uso de um questionário como instrumento de coleta de dados. Os dados coletados na escola são analisados por meio da análise de conteúdo. Desta forma, conforme os dados analisados foram possíveis identificar que os sujeitos pesquisados não recebem formação para trabalhar com alunos autistas e enfrentam vários desafios no processo de inclusão e aprendizagem de seus alunos no decorrer do ano letivo. Diante disto, os resultados permitiram constatar que os fatores primordiais que dificultam esse processo são a falta de capacitação profissional adequada, adaptação do espaço escolar, falta de recursos e materiais apropriados para desenvolver um bom aprendizado aos alunos com autismo. O referencial teórico adotado baseou-se Kanner (1996), Marques (2000), Klin (2006) Bosa (2002) e outros autores. Didaticamente, esse projeto de pesquisa encontra-se organizada em 5 seções (1) Introdução, (2) metodologia, (3) referencial teórico. (4) Autismo e seus desafios na educação básica na escola municipal de educação infantil Aturiá. (5) Considerações finais.

Palavras-chaves: Autismo. Inclusão. Educação infantil.

ABSTRACT

Autism Spectrum Disorder – ASD is a very important topic today that needs to be discussed, due to the process of school inclusion, because it presents a health condition characterized by a deficit in the subject's social interaction, affecting communication and behavior. In this way, it needs the committed work of all professionals involved with education and especially the dedication and commitment of their families. This research took place at the Municipal School of Early Childhood Education Aturiá, located in the municipality of Laranjal do Jari/AP. In this sense, this research raises the following problem question: how does the inclusion of autistic students occur in the Municipal School of Early Childhood Education Aturiá? Thus, the present research has as its general objective: to analyze the inclusion of autistic learner in the Municipal School of Early Childhood Education Aturiá. We also sought to understand how to identify and analyze which strategies were used by teachers to enable autistic children the right to a quality Inclusive Education, as well as to identify the main difficulties encountered by teachers in relating to these students. Methodologically, this is a case study with a qualitative approach and makes use of a questionnaire as a data collection instrument. The data collected at school are analyzed through content analysis. Thus, according to the data analyzed, it was possible to identify that the surveyed do not receive training to work with autistic students and face several challenges in the process of inclusion and learning of their students during the school year. Therefore, the results showed that the primary factors that hinder this process are the lack of adequate professional training, adaptation of the school space, lack of resources and appropriate materials to develop a good learning to students with autism. The theoretical framework adopted was based on Kanner (1996), Marques (2000), Klin (2006) Bosa (2002) and other authors. Didactically, this research project is organized into 5 sections (1) Introduction, (2) methodology, (3) theoretical framework. (4) Autism and its challenges in basic education in the municipal school of early childhood education Aturiá. (5) Final considerations.

Keywords: Autism. Inclusion. Early. Childhood Education.

SUMARIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	METODOLOGIA	15
2.1	TIPOS DE PESQUISA	15
2.2	ABORDAGENS DA PESQUISA	16
2.3	INSTRUMENTOS DE COLETAS DE DADOS	17
2.4	LÓCUS DA PESQUISA	19
2.5	FORMAS DE SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS	21
2.6	FORMAS DE ANÁLISE DE DADOS	22
3.	REVISÃO DA LITERATURA	25
3.1	AUTISMO ORIGEM E CARACTERÍSTICA	25
3.2	DIREITOS E GARANTIAS A INCLUSÃO AUTISTA	31
3.3	A INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA A PARTIR DA EDUCAÇÃO INFANTIL	35
4.	AUTISMO E SEUS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ATURIÁ	42
4.1	PERFIL SOCIO EDUCACIONAL	42
4.2	INCLUSÃO DO EDUCANDO AUTISTA NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ATURIÁ	43
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
6.	REFERENCIAS	55
7.	APÊNDICE 1	60
7.1.	APÊNDICE 2	61

1. INTRODUÇÃO

O autismo é uma condição neurocomportamental complexa que se caracteriza por dificuldades na percepção da realidade e na interação com o mundo. Etimologicamente falando, autismo vem da palavra de origem grega "autos" cujo significado é "próprio ou de si mesmo", sendo caracterizado como um distúrbio neurológico que surge ainda na infância, causando atrasos no desenvolvimento (na aprendizagem e na interação social) da criança.

Dessa maneira compreende-se que o autismo não tem causa definida. Neste sentido explicita que é um transtorno que provoca atraso no desenvolvimento infantil, comprometendo principalmente sua socialização, comunicação e imaginação. Neste sentido entende-se que se manifestam até os três anos de idade e ocorre quatro vezes mais em meninos do que em meninas. Todavia algumas características são bem gerais e marcantes, como a tendência ao isolamento, a ausência de movimento antecipatório, as dificuldades na comunicação, as alterações na linguagem, com ecolalia e inversão pronominal, os problemas comportamentais com atividades e movimentos repetitivos, a resistência a mudanças e a limitação de atividade espontânea. Bom potencial cognitivo, embora não demonstrassem. Capacidade de memorizar grande quantidade de material sem sentido ou efeito prático. Dificuldade motora global e problemas com a alimentação (Kanner, apud Menezes, 2012, p. 37).

Neste sentido é importante ressaltar que as pessoas com o autismo sofrem e enfrentam cotidianamente dificuldades que são desde os rótulos com o preconceito e a falta de profissionais que venham a atender suas necessidades enquanto estudantes.

De fato, ainda existem muitos desafios enfrentados por pessoas autistas no cotidiano do ensino regular e, as contradições encontradas no meio social desses sujeitos. Desta forma busca-se compreender uma grande necessidade de ver o aluno autista incluso no ambiente escolar com seus devidos direitos e com, mas profissionais qualificados para atender os alunos com dificuldades em seus aprendizados. Nesse sentido, foi necessário estudar a origem do termo autista suas causas e características.

Diante dos fatos quando se falar sobre a inclusão da criança com autismo na escola de ensino regular, busca-se pensar também nas condições do professor, pois este, muitas vezes, não está preparado para receber os alunos com autismo. Contudo, um dos maiores desafios da atualidade é proporcionar uma educação para todos, sem distinções, além de assegurar um trabalho educativo organizado e adaptado para atender às Necessidades Educacionais Especiais dos alunos. Nesse sentido, Borges (2005, p. 3, apud Bortolozzo, 2007, p. 15) afirma que “um aluno tem necessidades educacionais especiais quando apresenta dificuldades maiores que o restante dos alunos da sua idade para aprender o que está sendo previsto no currículo, precisando, assim, de caminhos alternativos para alcançar este aprendizado”.

Compreende-se que o aluno com autismo ou TEA - transtorno do espectro autista apresenta várias características onde comprometem, desde as suas relações com outras pessoas até a sua linguagem, sendo assim necessita de apoio no seu processo de ensino-aprendizagem. Contudo, os direitos educacionais devem ser estendidos à pessoa com autismo, conforme garantido na Constituição Federal; em seu Art. 205, em relação à educação como um direito de todos, bem como no Art. 206, inciso I, que estabelece igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Esses direitos também são previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), nos Arts. 58 e 59, que oferecem respaldo para que o ensino da pessoa com deficiência (e que apresenta necessidades educacionais especiais) seja ministrado no ensino regular, preferencialmente, assim como em decretos e documentos. Diante disso, há direitos previstos no Art. 1º, no § 2º, da Lei nº 12.764/12, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, designando acesso à educação com as adaptações cabíveis que contemplem suas necessidades.

Apresentar este tema é importante visto que o desempenho da criança com autismo depende da motivação dos profissionais e professores em parceria com a família. Nos dias atuais, vive-se uma época em que todos os ambientes devem trabalhar com a inclusão, principalmente no ambiente escolar, pois é no mesmo, que o indivíduo é preparado para viver em sociedade.

Dessa forma, a presente pesquisa será desenvolvida na Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá, localizada na Rua Emilio Médici, 2062, no Bairro Agreste, no Município de Laranjal do Jari – AP, nas turmas de 1º e 2º período da educação infantil,

com crianças de 04 e 05 anos de idade. Nesse contexto essa pesquisa levanta a seguinte questão problema: como ocorre a inclusão do educando autista na Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá?

Desta forma, possui como objetivo geral: analisar a inclusão do educando autista na Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá. Metodologicamente, trata-se um estudo de caso de abordagem qualitativa e faz uso de questionário como instrumento de coleta de dados. Os dados coletados na escola são analisados por meio da análise de conteúdo.

Compreende-se que o ato de ensinar é um processo que necessita de interação entre professor e aluno. Dessa maneira é essencial conhecer nossos alunos para que possamos desenvolver metodologias de aprendizagem que venha fazer com que o aluno se torne um ser investigador e participativo nas diversas maneiras de trabalho, tanto individual quanto em grupo. Sendo assim muitos professores se sentem inseguros quanto à inclusão de alunos especiais, principalmente por falta de experiência e capacitação para lidar com alguns tipos de deficiências. Dessa forma por muitas vezes tentando fazer a inclusão deixa o aluno muito à vontade, não usando as mesmas estratégias (mesmo que adaptadas) ou mesmas requisições feitas aos demais, não percebendo que com esta atitude estar excluindo ao invés de incluir.

Nesse sentido sob outra perspectiva, não podemos esquecer que os desafios enfrentados pelos professores em sala de aula são extensos. Desta forma onde observa-se uma busca constante para que a inclusão se torne uma realidade em nossa sociedade. Entretanto, fazer inclusão não tem sido fácil, pois a escola inclusiva deve ser uma escola para todos, ou seja, aquela que implica num sistema educacional que reconhece e atende as diferenças individuais respeitando as necessidades de todos os alunos. Dessa forma os professores precisam compreender desenvolver e aprimorar conhecimentos e técnicas que possam proporcionar a inclusão de alunos com autismo visto que ainda são visíveis a discriminação e o preconceito praticado em muitos espaços.

Nessa perspectiva compreende-se que inserir e incluir o autista não basta apenas conhecer e aplicar determinadas técnicas é necessária à compreensão do que consiste em ser um autista. Segundo Orrú (2010), também numa perspectiva sócio histórico, a formação do indivíduo não é determinada somente por fatores internos. Dessa maneira, a pessoa autista não se desenvolve somente por fatores biológicos, mas sim como um

sujeito social que se constrói nas relações sociais, a partir de mediações com o meio onde vive.

A realização dessa pesquisa é devido ao fato de ter vivenciado durante o estágio supervisionado na educação infantil e series iniciais, os desafios da criança autista da educação infantil e suas dificuldades de aprendizado na Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá do município de Laranjal do Jari. A relevância social dessa pesquisa busca compreender o porquê criança autista necessita de uma maior atenção por parte dos educadores tendo em vista que muitas delas possuem as mais diversas formas de dificuldades de aprendizagens. Nesse sentido, temos que é de fundamental importância possibilitar uma diversificação nos métodos do ensino.

A presente pesquisa divide-se em cinco sessões. A primeira parte refere-se à introdução destacando alguns conceitos sobre o autismo, em seguida apresenta-se a questão-problema da pesquisa, o objetivo que se pretende alcançar através deste trabalho e a justificativa. Na segunda seção denominada Metodologia explicita-se um estudo de caso de abordagem qualitativa, fazendo o uso de questionário como instrumento de coleta de dados e que foram importantes para a análise dos questionamentos utilizados para a construção do trabalho. Por outro lado, nesta parte também são mostrados o contexto espacial da pesquisa, seus participantes e as discussões dos resultados.

Na terceira seção trata-se da base teórica da pesquisa, onde são argumentados detalhes sobre o transtorno do espectro autista com base nas teorias apresentadas por Kanner (1996), Klin (2006) e Marques (2000) e outros que apresentam sobre a problemática da educação inclusiva, suas aspirações, dificuldades, e mais diretamente sobre as discussões científicas e pedagógicas a respeito do autismo. Também nesta parte trata-se ainda sobre as principais dificuldades enfrentadas pelos professores quanto à inclusão de alunos autistas nas escolas comuns, assim como sobre as estratégias principais que podem ser utilizadas para fortalecer na inclusão de alunos autistas nas escolas. Destaca-se ainda a aspiração da escola de maneira geral sobre o acolhimento de alunos especiais.

E na quarta parte são analisados os resultados da pesquisa e apresentados às discussões mediante a comparação teórica. Por fim, na quinta parte apresentam-se as

considerações finais e observações para possíveis futuras pesquisas relacionadas ao autismo.

Assim, temos que criar formas de ensino como atividades de campo, aulas ao ar livre, dentre outros, possibilitando uma maior aproximação com a prática. Logo, tais fatores deverão ser incentivados em suas diferentes formas. Desta forma as estratégias de atuação do professor numa classe com aluno autista devem basear-se tanto em sua formação, como em sua sensibilidade e experiências, para proporcionar a este aluno o que lhe é garantido por lei, uma inclusão com qualidade. Por outro lado, diante dos fatos temos a urgente necessidade de incluir no currículo das formações iniciais e continuadas destes profissionais mais cursos voltados para esta especificidade. Didaticamente, essa pesquisa encontra-se organizada em 03 seções: Introdução, metodologia, referencial teórico e resultados. Na seção 01 denominada Introdução apresenta-se a questão-problema da pesquisa, o objetivo e a justificativa. Na segunda seção denominada Metodologia explicita-se um estudo de caso de abordagem qualitativa, fazendo o uso de questionário como instrumento de coleta de dados. Na terceira seção trata-se da base teórica da pesquisa.

2. METODOLOGIA

A pesquisa científica constitui-se segundo Severino (2007), como observação metódica de fenômenos. Na presente seção explicitam-se os caminhos metodológicos usados para construção da presente pesquisa.

A metodologia aplicada nesse trabalho teve como base a pesquisa de campo realizada em uma escola Municipal de Laranjal do Jari/AP que se explicita um estudo de caso de abordagem qualitativa, fazendo o uso de questionário como instrumento de coleta de dados. Neste sentido para obter os resultados foi utilizada a metodologia da pesquisa qualitativa. O instrumento utilizado neste campo foram os questionários, elaborados com perguntas claras e objetivas. Desta forma o mesmo serviu como suporte necessário para explicar os porquês da pesquisa.

Segundo na visão de Minayo (1994, p.16) a metodologia é “[...] a articulação entre conteúdos, pensamentos e existência. [...] as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”. Desta forma a metodologia não apenas determina à forma que foi pronunciada a pesquisa, mas as conexões que a constitui determinado pelos pesquisadores.

2.1 TIPOS DE PESQUISA

Para o desenvolvimento desta pesquisa será realizado um estudo de caso de abordagem qualitativa. De certa forma as pesquisas que são realizadas nos diversos ambientes acadêmicos geralmente são resultadas de uma necessidade social ou pessoas. A presente pesquisa que tem como tema “Autismo e seus desafios na educação básica na Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá”, também ocasiona da necessidade de compreender como ocorre o processo de aprendizagem das crianças autistas por professores ou pelo ambiente escolar que estiver diante das crianças com autismo.

Segundo Severino (2007, p.121) o estudo de caso constitui-se como um tipo de pesquisa que analisa um caso particular, onde se busca compreender as singularidades de uma determinada realidade. Por outro lado, Marconi e Lakatos (2017) destaca que os estudos de casos devem ser realizados quando se encontra alguns motivos distintos: a) Intrínsecos: representação de traços particulares; b) Instrumentais: esclarecimentos de traços sobre algumas questões; c) Coletivos: abordagem de vários fenômenos conjuntamente. Desta forma Gil (2007, p. 58) conceitua o estudo de caso como um estudo aprofundado sobre objetos que podem ser um indivíduo, uma organização, um grupo ou um fenômeno e que pode se aplicando nas mais diversas áreas do conhecimento. O estudo de caso permite, conforme Gil (2007), que o objeto estudado tenha preservada sua unidade, mesmo que ele se entrelace com o contexto onde está inserido; que seja m formuladas hipóteses e teorias; e permite a explicação de variáveis em situações ainda que complexas.

De acordo com os autores Goode e Hatt (1975), o estudo de caso permite investigar, em profundidade, o desenvolvimento, as características e demais aspectos constitutivos de qualquer unidade social: um indivíduo; um núcleo familiar; um grupo social; uma empresa pública ou particular etc. Na visão destes estudiosos, o estudo de caso permite que se organizem todos os dados de caráter social do objeto estudado e, assim, se mantenha preservados, de forma íntegra, sua natureza e caráter. Os autores ainda destacam as possibilidades de expandir a investigação dada a flexibilidade, no planejamento e mesmo nos procedimentos, que o estudo de caso permite.

Por fim Oliveira (2002, p. 50) destaca a competência do estudo de caso enquanto método suficiente para identificar e analisar as múltiplas ocorrências de um mesmo fenômeno, em vários casos.

2.2 ABORDAGENS DA PESQUISA

Nessa pesquisa faz-se uso da abordagem qualitativa. Dessa forma explicita que a pesquisa qualitativa é entendida, por alguns autores, como uma “expressão genérica”. Sendo assim, isso significa, por um lado, que ela compreende atividades ou investigação que podem ser denominadas específicas.

Segundo Marconi e Lakatos (2010), a abordagem qualitativa constitui-se como condição de analisar e interpretar de maneira mais complexa um determinado fenômeno pesquisado. Por outro lado, segundo Triviños (1987), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências.

Dessa forma para Gil (1999), o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos.

Nesse sentido segundo Bogdan & Biklen (2003), o conceito de pesquisa qualitativa envolve cinco características básicas que configuram este tipo de estudo: ambiente natural, dados descritivos, preocupação com o processo, preocupação com o significado e processo de análise indutivo. Por fim segundo os autores Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

2.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Será realizado o uso de um questionário com o corpo docente da Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá, localizada na Rua Emilio Médici, nº 2062 no Bairro do Agreste, no Município de Laranjal do Jari. A Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá foi fundada em 28 de março de 2001, pelo decreto de nº 085/2001. Funciona nos turnos matutino e vespertino. Oferece ensino de educação infantil Período I e II possuem um quadro de 23 funcionários. A Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá funciona em prédio próprio, situada no bairro Agreste destina-se a atender alunos de Educação Infantil e Educação Especial.

Desta forma para a realização deste trabalho foi aplicado um questionário de pesquisa para posterior análise das teorias estudadas sobre o assunto. Segundo Lakatos e Marconi (2010, p. 190) “o questionário é um instrumento constituído por umas séries de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do pesquisador”.

Neste sentido para os mesmos autores os questionários podem ser classificados quanto ao tipo de questões, em questionário com questões fechadas, abertas ou dependentes. Sendo assim utilizaremos nesta pesquisa o questionário do tipo investigativo com 08 questões abertas permitindo aos participantes discorrerem suas opiniões a respeito do assunto pesquisado.

Por outro lado, segundo Cervo & Bervian (2002, p. 48), o questionário “[...] refere-se a um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche”. Ele pode conter perguntas abertas e/ou fechadas. As abertas possibilitam respostas mais ricas e variadas e as fechadas maior facilidade na tabulação e análise dos dados.

Além disso, segundo Gil (1999, p.128) o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Desta forma Gil (1999) destaca que o questionário pode dispor de três modalidades de questões, ou seja: Fechadas – nelas é apresentado um conjunto de alternativas de resposta, a fim de que o respondente escolha a que melhor revele acerca de seu ponto de vista. Abertas – nesta modalidade é apresentada a pergunta ao respondente, de modo a deixá-lo à vontade para expressar suas ideias, sem que haja uma restrição para tal. Questões relacionadas – representam aquelas que possuem certa dependência com respostas dadas a questões anteriores.

Em seguida destaca-se que segundo Santos (2017) alerta que as perguntas contidas em um questionário devem estar relacionadas à temática investigativa, à problemática da pesquisa, às indagações norteadoras ou hipóteses de trabalho, bem como aos objetivos do estudo (geral e específico).

Por fim Severino (2007, p.125) explicita que questionário é um conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por

partes dos sujeitos pesquisados, com vista a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudos. As questões devem ser pertinentes ao objeto e claramente formuladas, de modo a serem bem compreendidas pelos sujeitos. As questões devem ser objetivas, de modo a suscitar respostas igualmente objetivas, evitando provocar dúvidas ambiguidades e respostas lacônicas. Podem ser questões fechadas ou questões abertas.

Desta forma visando informar e preparar os sujeitos participantes da pesquisa foram entregues aos mesmos um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) solicitando a autorização e disponibilidade dos participantes da pesquisa onde também contém informações claras sobre o que foi realizado e o objetivo da pesquisa

Junto com o questionário deve-se enviar uma nota ou carta explicando a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de obter respostas, tentando despertar o interesse do receptor para que ele preencha e devolva o questionário dentro de um tempo razoável. (MARCONI e LAKATOS, 1999, p. 100).

2.4 LÓCUS DA PESQUISA

A proposta de pesquisa será realizada na Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá, localizada na Rua Emilio Médici, nº 2062, Bairro Agreste no Município de Laranjal do Jari. A Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá foi fundada em 28 de março de 2001, pelo decreto de nº 085/2001. Funciona nos turnos matutino e vespertino. Oferece ensino de educação infantil Período I e II possuem um quadro de 23 funcionários. A Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá funciona em prédio próprio, situada no bairro Agreste destina-se a atender alunos de Educação Infantil e Educação Especial.

O município de Laranjal do Jari está localizado na região sul do Amapá, Laranjal do Jari foi criado pela Lei Federal Nº 7.639, de 06 de dezembro de 1987. Faz fronteira com o Estado do Pará, mais especificamente com Monte Dourado, distrito do município de Almeirim (PA), situado na outra margem do Rio Jari. Está localizada a 320 quilômetros da capital e o acesso é pelo chamado eixo sul da BR-156, trecho ainda não asfaltado da estrada federal, também sendo possível o acesso fluvial pelo rio Jari. Em uma área de 31.170,3 km², tem uma população estimada em 45.712 habitantes. Faz limite com

os municípios de Vitória do Jari, Mazagão, Pedra Branca do Amapari e Oiapoque, além do Estado do Pará e ainda com os países Suriname e Guiana Francesa, pela imensidão geográfica.

Desta forma, economicamente, Laranjal ficou conhecido por abrigar funcionários que trabalhavam na fabricação de celulose (matéria-prima do papel) do lado paraense da fronteira. Hoje, o setor entrou em declínio e a atividade industrial já não move a economia como em outras épocas. Em Laranjal do Jari também está localizada uma cooperativa que vende matéria-prima (óleo de castanha e breu branco) para uma grande indústria de cosméticos de São Paulo. A região é destaque no extrativismo vegetal.

Bem como o Município de Laranjal do Jari apresenta uma característica no aspecto político-institucional que tem permeado o Município nos últimos anos, influenciando a não implementação do processo de descentralização de forma mais efetiva, que é a alternância no poder municipal em face de problemas eleitorais, com a troca de Prefeitos sem que haja uma continuidade das atividades públicas por um período inteiro de mandato. Essa alternância de poder, no período de 2010 a 2016, culminou com nove mudanças de Prefeitos e pelo menos 12 trocas de Secretário Municipal de Meio Ambiente, fatos que prejudicaram a gestão ambiental no processo de transição entre desconcentração e a descentralização do estabelecimento do arcabouço legal relativo ao licenciamento ambiental. Estas questões foram minimizadas pela existência de servidores concursados no órgão ambiental, mas não deixaram de causar efeitos maléficos à efetivação do processo ambiental.

Destaca-se que foi inaugurado pelo Governo do Amapá em 2019, o Centro Especializado no Transtorno do Espectro Autista (Cetea) de Laranjal do Jari oferta atendimento especializado em fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicologia para 42 crianças de 0 a 6 anos com laudo de Transtorno do Espectro Autista (TEA), ou que estejam em investigação para confirmar. Para funcionar, o espaço conta com parceria com o Hospital Estadual de Laranjal do Jari (Helaja), Ministério Público (MP/AP) e a Prefeitura Municipal. De agosto de 2020 a junho de 2021, o Cetea realizou mais de 2.800 atendimentos, que também incluem os familiares das crianças. Eles passam por acompanhamento psicológico além de receberem orientações sobre como desenvolver em casa atividades que possam complementar as terapias. Com foco no conforto dos

pacientes, o local foi adaptado com os equipamentos necessários para as terapias, além de estar em conformidade com o protocolo de assistência ao espectro autista, que orienta que o espaço seja parecido com uma casa. O Cetea funciona no anexo da Promotoria de Justiça do município, localizado na Rua Primavera, nº 1171, bairro Agreste. O espaço foi cedido através de um Terno de Cooperação Técnica entre o Governo do Amapá e o Ministério Público do Estado no horário 8h as 12h e 13h30 as 17h30.

2.5 FORMAS DE SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS

Diante da evolução do uso do questionário, será realizada a sistematização por meio de tabelas e gráficos. Os dados serão sistematizados em quadros analíticos feito em editor de texto (Word) elaborados pelas pesquisadoras.

Destaca-se que sistematização segundo Souza (1997), é uma atividade que possibilita, aos sujeitos de uma ação social e/ou coletiva se apropriar de sua própria experiência pela construção do sentido de sua vivencia nos programas, que poderão ser ampliados para a existência histórica”.

Além disso, explicita que a sistematização é mais do que organização de dados, é um conjunto de práticas e conceitos que propiciam a reflexão e a reelaboração do pensamento, a partir do conhecimento da realidade com objetivo de transformar educando e educador do processo de formação científica em sujeito do conhecimento e agentes transformadores em sua localidade.

A presente pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá, localizada na Rua Emilio Médici, nº 2062, Bairro Agreste no Município de Laranjal do Jari. Para realizar o trabalho foram selecionados três professores da sala infantil, um da sala de recursos (AEE) e a diretora. Os professores selecionados foram os das salas do 1º e 2º ano e sala de recursos, com formação em Educação Especial Inclusiva, Pedagogia Especialização em Metodologia aplicada a Educação e Licenciatura em Pedagogia/ Especialista em educação inclusiva. Possuíam também, especialização em educação e certa experiência na área pedagógica, principalmente por estarem no momento atendendo o público alvo da pesquisa.

No 1º momento entramos em contato com a gestão da escola, para a apresentação do projeto e pedido de autorização para pesquisa. No 2º momento tivemos uma reunião com os participantes da pesquisa e apresentação do projeto para que todos compreendam o propósito do mesmo e assinem a ficha TCLE para a execução do trabalho. No 3º momento foi feita a entrega dos questionários para coleta de dados para os professores. A princípio foi utilizado um questionário sobre o perfil sócio educacional com as entrevistadas e em seguida apresentado o questionário sobre o tema abordado. No 4º momento foi feita a organização dos dados coletados e início da análise por meio de categorias. Neste sentido após a coleta de dados foram construídos quadros analíticos sistematizando as perguntas e respostas das entrevistadas.

2.6 FORMAS DE ANÁLISE DE DADOS

A presente pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá, localizada na Rua Emilio Médici, nº 2062, Bairro Agreste no Município de Laranjal do Jari. Para o desenvolvimento desta pesquisa será realizado um estudo de caso de abordagem qualitativa. Desta forma para a realização deste trabalho foi aplicado um questionário investigativo com 08 questões abertas permitindo aos participantes discorrerem suas opiniões a respeito do assunto pesquisado para posterior análise das teorias estudadas sobre o assunto. Conforme a evolução do questionário os dados foram sistematizados em quadros analíticos por meio de tabela.

Neste sentido a pesquisa utilizou como procedimento de coleta de dados, o estudo de caso, com a finalidade de identificar como é trabalhada a inclusão escolar na Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá. Sendo assim, destaca-se que no questionamento que foi aplicado aos professores buscou identificar a formação e os saberes que os mesmos detêm sobre o Autismo e a inclusão. Desta forma a coleta de dados foi realizada por meio de questionário que os responderam por escrito e individual.

Nesse sentido, uma vez que o questionário foi composto por 08 perguntas semiestruturadas para cinco entrevistados, sendo professores de salas regulares e da sala de AEE (Atendimento educacional especializado), com formação em Educação Especial Inclusiva, Pedagogia Especialização em Metodologia aplicada a Educação e Licenciatura em Pedagogia/ Especialista em educação inclusiva, contudo permitindo assim recolher

uma amostra das percepções, comportamentos e atitudes dos sujeitos em questão. Neste estudo, optou-se pelo questionário, composto por perguntas abertas. Todavia é importante ressaltar que, foi utilizada a nomenclatura para as sujeitas entrevistadas de professora P1, P2, P3, P4 e P5, para o melhor esclarecimento e separação das respostas.

Desta forma, o intuito da pesquisa foi compreender como vem ocorrendo à inclusão da criança com Autismo na educação básica de ensino e como a formação docente contribuiu nesse processo de ensino aprendizagem. Por outro lado a escolha da escola se deu em razão da mesma atender crianças com autismo, onde podemos perceber que mesma atende ao que determina a legislação vigente, ou seja, ao passo que possui alunos com Autismo, matriculados em diferentes salas de aulas de educação básica de ensino, oferecem o Acompanhante Especializado, conforme prescreve a lei 12.764 de 2012.

Analisamos os dados a partir da Análise de Conteúdo. Segundo Bardin (2011, p.15), “a Análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discurso extremamente diversificado”.

Desta forma contextua-se que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que possibilita explorar temáticas e verificar hipóteses pré-definidas. Além disso, busca compreender o que há por trás da produção e recepção da mensagem. Por outro lado, destaca-se que análise de conteúdo é um método utilizado para analisar os dados de uma pesquisa qualitativa.

De acordo com Marconi & Lakatos, (1996) a análise dos dados é uma das fases mais importantes da pesquisa, pois, a partir dela, é que serão apresentados os resultados e a conclusão da pesquisa, conclusão essa que poderá ser final ou apenas parcial, deixando margem para pesquisas posteriores. Por outro lado, segundo Trivinõs (1987, p. 158), “a análise de conteúdo é um método que pode ser aplicado tanto na pesquisa quantitativa, como na investigação qualitativa [...]”.

Desta forma destaca-se que segundo Laville & Dione (1999), por meio da análise de conteúdo, procura-se desmontar a estrutura e os elementos do conteúdo, com vistas a esclarecer suas diferentes características e significação. Contudo, eles alertam colocando que a análise de conteúdo não é, como se poderia imaginar, um método rígido, no sentido de que, percorrendo uma sequência fixa de etapas, fatalmente se obtêm os resultados desejados.



Neste contexto Severino (2007, p.121), destaca que análise de conteúdo é uma metodologia de tratamento e análise de informações constantes de um documento, sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, imagens, gestos. Um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Trata-se de se compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações. Envolve, portanto, a análise do conteúdo das mensagens, os enunciados dos discursos, a busca do significado das mensagens. As linguagens, expressão verbal, os enunciados, são vistos como indicadores significativo, indispensáveis para a compreensão dos problemas ligados as práticas humanas e seus componentes psicossociais.

3 REVISÃO DA LITERATURA

A presente pesquisa apresentada é um estudo de caso de abordagem qualitativa que busca compreender o Autismo e seus Desafios na Educação Básica na Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá. Neste sentido surgiu a necessidade de realizar esta pesquisa sobre o autismo e seus desafios, com a finalidade analisar como acontece a inclusão de alunos autistas e como os professores conseguem lidar com os mesmos. Desta forma é de suma importância enfatizar que há uma grande necessidade dos profissionais da educação em relação aos estudos sobre autismo e a inclusão de alunos autistas na escola. Portanto neste sentido foi necessário estudar a origem do termo autista suas causas e características, os direitos como pessoa autista, assim como a inclusão do aluno autista a partir da educação infantil.

3.1 AUTISMO ORIGEM E CARACTERISTICAS

Neste contexto o termo autismo foi usado primeiramente pelo psiquiatra Eugen Bleuler em 1908. Usou-o para descrever um paciente esquizofrênico que se retirasse em seu próprio mundo. A palavra grega “autós” significou que o auto e a palavra “autismo” estiveram usados por Bleuler para significar a autoadmiração mórbida e a retirada dentro do auto. Desta forma acreditava-se que o autismo era provocado pela frieza dos pais com os filhos, mas com o aprofundamento dos estudos, identificaram que é provocada por uma síndrome neurobiológica gerada por uma herança genética. (CRUZ; ROCHA, 2013).

Por outro lado, a formação genética é o principal aspecto que prevalece no desenvolvimento do espectro autista na criança, isto é, o que é transmitido de pai ou mãe para filho. Desta forma, os pais que tem mais de um filho com autismo apresentam mais traços da FAA (Fenótipo Ampliado do Autismo), do que a família que apenas tem um único filho com a síndrome. Nesse sentido, os autores ressaltam que as características

apresentadas pelos pais são mais discutidas no quadro de FAA (Fenótipo Ampliado do Autismo), e estão relacionadas a quatro aspectos: alterações comportamentais, alterações cognitivas, traços de personalidade e a vulnerabilidade a outros transtornos psiquiátricos. (CRUZ; ROCHA, 2013).

Destaca-se que o autismo nem sempre é diagnosticado corretamente, e as crianças com espectro autista, algumas vezes, são relacionadas aos “[...] resultados intelectuais dos esquizofrênicos no período da infância não são deficitários, registram-se distúrbios comportamentais e transtornos do pensamento.” (KANNER, s/d, apud, RODRIGUES; SPENCER, 2010, p. 36). De acordo com os autores, os autistas são vistos como esquizofrênicos que apresentam disfunções no comportamento e no pensamento. Além disto, o autista é identificado através do QI (Quociente de Inteligência) baixo ou elevado, já que cada pessoa apresenta diferentes comportamentos. (RODRIGUES; SPENCER, 2010).

Neste contexto destaca-se que as crianças com espectro autista apresentam o sintoma “patognomônico,” que é uma inabilidade de relacionamento interpessoal, diferente das diversas síndromes estudadas até o momento, ou seja, os autistas têm dificuldades de estabelecer relações afetivas/manter vínculos considerados normais para a maioria das pessoas. Além disto, destaca-se que têm pensamentos e ações heterogêneas, por apresentarem atos diversificados, e em alguns casos, inexplicáveis e incontroláveis. (CHIOTE, 2013). Para tanto, diante desta afirmação acima, Rodrigues e Spencer (2010) ressaltam que:

As características observadas na síndrome do Autismo variam na forma de exteriorização dos desvios de relações interpessoais, linguagem, motricidade, percepção e patologias associadas ao distúrbio. A intensidade destes desvios, os estados mais determinantes, também é diversificada. As alterações do comportamento social são marcadas pela acentuada inaptidão de desenvolver relações com outras pessoas, pois os autistas preferem permanecer isolados do grupo social. (RODRIGUES; SPENCER, 2010. p. 21)

Nesse contexto, a síndrome do autismo foi descoberta simultaneamente, na década de 1940, por dois médicos de origem austríaca, que trabalhavam separadamente: Leo Kanner, erradicado nos Estados Unidos, e Hans Asperger, que permaneceu na Europa durante o período da Segunda Guerra Mundial. A palavra autismo foi criada pelo

psiquiatra suíço Paul Eugen Bleuler para descrever a "fuga da realidade" observada em alguns indivíduos.

Marques (2000) afirma que o primeiro caso de autismo descrito pelos pesquisadores se deu em 1801, foi o caso de Victor, um rapaz selvagem, de Aveyron, no sul da França. Por não demonstra afeto, e ser agressivo, com comportamentos de balanceamento e períodos de muita euforia Victor provavelmente seria uma criança autista. De acordo com Marques (2000), a identificação científica do autismo foi dado pelo psiquiatra Leo Kanner em 1943.

Desta maneira compreende-se que o autismo em 1943, caracterizado por Leo Kanner tornou-se um dos desvios comportamentais mais estudados, debatidos e disputados, que teve o mérito de identificar a diferença do comportamento esquizofrênico e do autismo. Desta forma, até hoje sua descrição clínica é utilizada da mesma forma, que foi chamado de Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo – Síndrome Única. (KLIN 2006, p.65). Visto que a dificuldade de interação, socialização e aprendizagem geralmente presentes no sujeito com Autismo, acarreta o surgimento de dúvidas em grande parte das instituições de ensino e profissionais da educação. Diante disso, emergem questionamentos sobre o que fazer, e como fazer para intermediar os processos de ensino e aprendizagem do estudante com transtorno do autismo. Destaca-se que a primeira descrição clínica do autismo infantil foi realizada pelo pediatra Leo Kanner, em 1943, baseado nas observações feitas com um grupo de doze crianças que demonstravam os mesmos sintomas de difícil socialização e uma obsessiva preservação da rotina (KANNER, 1943).

Desta forma explicita que os autistas apresentam um desenvolvimento diferenciado, em relação às pessoas com a mesma idade, por terem ações infantis. Neste sentido o Transtorno de Espectro Autista (TEA) apresenta características que são visíveis nas ações das pessoas autistas no convívio diário, visto que não apresentam características físicas que as diferenciam, como é o caso da síndrome de Down. Por outro lado, compreende-se que as crianças com espectro autistas “[...] possuíam habilidades que mostravam que elas não eram simplesmente lentas no aprendizado e que não respondiam ao padrão das crianças, com desequilíbrio emocional”. (KANNER, apud GÓMEZ; TERÁN, 2014, p. 461) O desenvolvimento dos autistas é um pouco diferenciado das

demais crianças “ditas normais”, tanto no processo de aprendizagem, quanto no emocional.

No entanto em 1944, Asperger publicou em sua tese de doutorado um trabalho sobre a “Psicopatia Autista da Infância”. Nesse estudo ele observou 400 (quatrocentas) crianças e descreveu um transtorno da personalidade com várias características semelhantes à Síndrome de Kanner, como: a ausência de empatia, as dificuldades em realizar amizades, e a coordenação motora. (ASPERGER, s/d, apud, SILVA, 2012).

Desta forma Hans Asperger destaca em seus estudos, que se preocupou em verificar os aspectos educacionais das pessoas autistas, na perspectiva da pedagogia terapêutica da clínica universitária de Viena. Por outro Asperger não conhecia a teoria de Kanner, ele caracterizou a síndrome sobre o autismo de forma independente. (ASPERGER, s/d, apud, GÓMEZ; TERÁN, 2014). Contudo em suma, as principais observações nos estudos citados acima, são os estranhos padrões de expressão e comunicação das pessoas autistas, anomalias na linguagem, natureza compulsiva e obsessiva dos pensamentos, atos, bem como, os referentes têm a tendência a se guiarem unicamente por impulsos internos alheios dentro do ambiente em que convive. (GÓMEZ; TERÁN, 2014).

Todavia destaca-se que segundo Mandal (apud NEWS MEDICAL, 2014), o pesquisador Bettelheim fez um teste afastando algumas crianças dos seus pais, sendo submetidas aos cuidados de outras pessoas, acreditando na possibilidade de cura através de algumas teorias psicológicas que explicavam sobre o autismo e suas causas. Por outro lado essas tentativas trouxeram algum sucesso, porém não ao ponto de assegurar que tal procedimento fosse capaz de se desenvolverem e assegurarem sucesso dando continuidade desse ponto em diante, então, Kanner voltou a considerar que o relacionamento familiar em nada interferia para o desenvolvimento do autismo.

Sendo assim ainda no ano de 1958, Margareth Mahler, distinguiu a “psicose infantil autista” da “psicose infantil simbiótica”. Segundo Gómez e Terán (2014), os sintomas da psicose simbiótica evidenciam-se quando leva à criança a separação da sua mãe devido à maturação normal e as possibilidades físicas. Contudo, já no autismo, o não reconhecimento e resposta à mãe eram percebidos desde as primeiras semanas de vida. No entanto, segundo Sacks (1995), nos anos 60, o autismo era adquirido com epidemia

da rubéola, onde a mesma provocava o desenvolvimento da síndrome durante a gestação e que o autismo bem como, outras síndromes poderiam ser adquirido com o amadurecimento na vida adulta, mesmo considerando mais raro nesses casos, sendo sua especificidade ao decorrer de determinadas formas de encefalite.

Neste contexto o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é classificado em três graus: autismo leve, moderado e severo. Etimologicamente falando, autismo vem da palavra de origem grega "autos" cujo significado é "próprio ou de si mesmo", sendo caracterizado como um distúrbio neurológico que surge ainda na infância causando atrasos no desenvolvimento (na aprendizagem e na interação social) da criança. Dessa maneira com o avanço nos estudos na área, surgiu a denominação de Transtornos Globais ou Invasivos do Desenvolvimento (TGD), que inclui além do Autismo e da Síndrome de Asperger, a Síndrome de Rett e o Transtorno Global do Desenvolvimento sem outra especificação (TGDSOE). Tais transtornos são classificados de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), que considera o autismo como um espectro ao invés de um grupo de doenças distintas, o que outras edições do manual colocavam.

Neste sentido explicita que alguns estudos comprovam que este transtorno pode atingir a qualquer indivíduo, independentemente de sua classe social, cultural, raça ou etnia. Desta forma o autismo é uma síndrome que vem se tornando cada vez mais comum na atualidade. No entanto, dificilmente esta síndrome é identificada antes dos três anos, pois os sintomas não são claros antes desta época, os sintomas são geralmente caracterizados por: ausência de fala, intolerância a sons, dificuldade de se socializar (Bosa, 2002).

Segundo Bosa (2002), após o diagnóstico do transtorno autista é necessário que o processo de tratamento seja logo inserido no cotidiano da criança, considerando as características individuais de cada sujeito bem como suas necessidades específicas. Todavia em alguns casos medicamentos são inseridos aos 15 tratamentos, em outros não possui efeito algum sendo prejudicial no desenvolvimento da criança. Desta forma é necessário também um acompanhamento e tratamento especializado com a família, pois os sintomas que a criança desenvolve através deste transtorno podem desestruturar psicologicamente os membros familiares.

Segundo Vygotsky (1994) enfatiza que as diferenças encontradas nos mais diversos ambientes sociais da criança promovem variedade de aprendizagem e as relações interpessoais são essenciais para o processo de desenvolvimento. Neste sentido, os estudantes que apresentam autismo têm suas próprias maneiras de adquirir aprendizagem e conquistas no mundo em que vive, apesar de muitas vezes incompreensível. Contudo, logo o modo como são estabelecidas as relações sociais sejam elas no contexto escolar ou familiar, irão influenciar de forma direta na formação e constituição da criança com autismo. Desta forma compreende-se que vale ressaltar que este sujeito tem direito à educação, de frequentar um ambiente escolar regular e de interagir com outro.

Neste contexto percebe-se que o autista precisa ser compreendido em sua essência e ser visto como pessoa capaz de desenvolver habilidades mediante estratégias adequadas. Desta forma, apresentar sensibilidade e percepção para trabalhar com aluno autista e descobrir suas aptidões e capacidades torna-se extremamente prazeroso e de fundamental importância na vida profissional do educador.

Nesse sentido com o apoio teórico de Kanner (1996), que foi o primeiro a descrever o quadro clínico, dando-lhe o nome de autismo infantil precoce e fez a primeira publicação clínica reconhecida sobre o assunto, datada em 1943. Compreende-se que o autismo tem sido um assunto desafiador para os estudiosos de todas as áreas, pela falta de conhecimento mais aprofundado sobre suas características e como trabalhar com crianças com autismo. Segundo este pesquisador,

[...] o denominador comum desses pacientes é sua impossibilidade de estabelecer desde o começo da vida, interações esperadas com pessoas e situações (...) apreciam ser deixados sozinhos, agindo como se as pessoas em volta não estivessem ali (...) quase todas as mães relatam a perplexidade causada pelo fato dos filhos, diferentes dos demais, não desejarem ser tomados em seus braços (KANNER, 1966, APUD KELMAN et al, 2010, p. 224).

Desta maneira com o passar do tempo, compreende-se que outros pesquisadores e estudiosos também foram desenvolvendo seus estudos como Klin (2006) que classificou pessoas com autismo conforme suas características; com algumas alterações, como por exemplo, relacionando o autismo a um déficit cognitivo, considerando-o não uma psicose e sim um distúrbio do desenvolvimento. Neste sentido essa ideia do déficit cognitivo vem sendo reforçada por muitos estudiosos até os dias atuais. De acordo com o autor:

Como vivem em um mundo muito confuso, é compreensível que crianças autistas tentem se apegar às poucas coisas que conseguem entender. Elas gostam de manter as mesmas rotinas, uma leve mudança pode provocar gritos e acessos de raiva. Também se tornam bastante apegadas a objetos, que podem ser brinquedos comuns ou coisas aparentemente sem atrativos (GAUDERER, 1985, p. 119).

Todavia devido estas características em alguns casos os alunos autistas são muitas vezes deixados de lado, sem atenção dos professores. Dessa forma o isolamento destes muitas vezes é visto com descaso, ou como algo sem jeito. Por outro lado, destaca-se que até muitas famílias desprezam ou deixam estas crianças apáticas isoladas, no seu mundo, sem buscar meios para leva-las a interagir ou à socialização.

Neste sentido segundo Klin (2006) os autistas podem ser agrupados conforme as características comportamentais que permitem avaliar seu grau de severidade. No grupo considerado severo temos os indivíduos com comprometimento maior, um intermediário e um terceiro grupo com comprometimento mais discreto. De acordo com o autor:

Há uma variação notável de sintomas no autismo. As crianças com funcionamento mais baixo são alto de funcionamento e são pouco mais velhas, seu estilo de vida social é diferente, no sentido de que elas podem-se interessar pela interação social, mas não podem iniciá-las ou mantê-la de forma típica. O estilo social de tais indivíduos foi denominado 'ativo, mas estranho, no sentido de que eles geralmente têm dificuldade de regular a interação social após essa ter começado. As características comportamentais do autismo se alternam durante o curso do desenvolvimento (KLIN, 2006, p. 8).

Portanto oferecer a todas as crianças autistas uma única proposta educacional torna-se um desrespeito à individualidade destes. Desta forma explicita que visto que são as características do indivíduo que determinam a intensidade e diversidade de intervenções pedagógicas que necessitam para o desenvolvimento de seu processo educacional no âmbito escolar de cada criança. Desta forma, percebe-se a urgente necessidade de inovação e adequação do sistema educacional quanto à adaptação de currículos, formação de professores, a fim de atender especificidade dos alunos autistas.

3.2 DIREITOS E GARANTIAS A INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA

Neste contexto a Constituição Federal de (1988) foi à primeira lei a garantir a inclusão dos alunos com necessidades especiais. Em seguida surgiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, (Lei nº 9394/96) que veio explicar o compromisso do poder público com a educação especial, no momento em que ocorria um aumento crescente das escolas públicas no País. Neste sentido a década de 90 iniciou-se com aceitação política da proposta de Educação para Todos, produzida em Jomtien, Tailândia, na Conferência Mundial da UNESCO. Por outro lado, ao assumir tal compromisso, o país determinou-se à profunda transformação do sistema educacional brasileiro, de forma a poder acolher a todos, indiscriminadamente, com qualidade e igualdade de condições (SASSAKI 2007, P.12). Sendo assim o Brasil adotou a proposta da Declaração de Salamanca, (1994) especificamente no que se refere à população de alunos com necessidades especiais educacionais.

Desta maneira compreende-se que a educação especial no Brasil foi se ampliando lentamente e foram criados mais institutos particulares e os serviços públicos prestados através das escolas regulares, com atendimento a esses deficientes. No entanto só depois de 1990 que a inclusão foi assumida em nível nacional, estadual e municipal. Por outro analisando a Constituição Federal de (1988) há vários capítulos, artigos e incisos sobre educação, habilitação e reabilitação da pessoa deficiente, além da sua inclusão à vida comunitária. Desta forma quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (1996) veio ratificar o que dizia a Constituição de modo que a Nação pudesse ter uma lei que fosse a favor da inclusão. Neste sentido a (LDB 9394) traz algumas inovações, não só para a educação em geral, como também para a educação especial. E hoje na prática essa realidade da inclusão acontece na rede regular de ensino.

Desta forma atualmente surgiu o decreto para atender com qualidade esses alunos nas escolas públicas em período contrário as aulas regulares, com professores especializados. Com isso o decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, dispõe sobre o (AEE) atendimento educacional especializado, regulamentando o parágrafo único do art.60 da LDB. Por outro lado, no decreto deve existir o (AEE) em todas as etapas e modalidades da educação básica e no ensino superior. Em seguida surgiu o Decreto nº 7611/11. Dessa forma de acordo com o artigo segundo desse Decreto dispõe que a educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as

barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotado.

Neste sentido o artigo terceiro traça os objetivos do AEE São objetivos do atendimento educacional especializado: I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes; II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular; III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (2011, p. 01).

Desta forma aplica-se a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista (Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012), que estabelece os direitos das pessoas com espectro autista diagnosticado e como protegê-las no âmbito social. (BRASIL, 2012). Sendo assim esta Lei ressalta, no Art. 1º § 1, que a pessoa autista é caracterizada com uma deficiência persistente, tendo dificuldades em desenvolver e manter relações interpessoais, comportamentos considerados como padrões restritivos e repetitivos ou sensoriais incomuns.

Conforme o Art. 2º da lei citada acima estabelece os direitos das pessoas com espectro autista, como por exemplo: o atendimento e a participação na comunidade das políticas pública; a atenção integral às necessidades de saúde e o acesso a medicamentos e nutrientes; a inserção dos autistas no mercado de trabalho; o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento a essa população, bem como, aos pais e responsáveis. Além disto, é de responsabilidade do poder público, informar a população sobre o transtorno e as implicações do espectro autista.

Todavia o autista deve ter seus direitos e deveres garantidos, tendo uma vida digna, com livre acesso ao lazer, integridade física e moral, uma educação de qualidade, previdência e assistência social. Por outro lado, compreende-se que a pessoa autista não deve ser privada do convívio familiar e nem sofrer nenhuma discriminação por sua deficiência. Dessa forma em relação ao âmbito escolar, a Lei preconiza que o gestor escolar não pode se recusar a matricular qualquer pessoa que com transtornos ou deficiência. (BRASIL, 2012).

No entanto explicita que as pessoas com necessidades especiais, como é o caso das pessoas autistas, têm o direito ao atendimento igualitário, juntamente com as pessoas “ditas normais”, ou seja, indivíduos com deficiência têm o mesmo direito a um tratamento digno em estabelecimentos de saúde pública, sendo que nesta área, a lei preconiza o acesso às normas técnicas e padrões de conduta apropriados e a educação gratuita. (BRASIL, 1989).

Por fim compreende-se que o decreto nº 8.368 de 2 de dezembro de 2014 estabelece vários direitos das pessoas com transtorno do espectro autista, também considerada pessoa com deficiência como: a garantia a saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde –SUS, promovendo a qualificação de acesso ao SUS, tomará como base a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde– CIF e Classificação Internacional de Doenças – CID – 10. Neste sentido decreto também afirma que é dever do Estado, da família, da escola e da sociedade assegurar o direito ao sistema da educação inclusiva e especial desde a educação infantil ao superior; sendo que o gestor escolar que se recusar a matricular a pessoa com deficiência, será possível de denúncia e o órgão competente ouvirá e decidirá pela aplicação ou não de multa.

Nesse contexto destaca A Associação de Amigos do Autista (AMA) que foi a primeira organização brasileira do gênero criada em 8 de agosto de 1983, em São Paulo, por pais de autistas. Porém esta instituição decidiu criar a Associação Brasileira de Autismo (ABRA), que tem como lema “a união faz a força”. Tendo este estabelecimento como objetivo a luta pelos direitos das pessoas com autismo em todo o Brasil. (SILVA, 2012). A Associação Brasileira do Autismo (ABRA), em 1989, realizou o I Congresso Brasileiro de Autismo. (BRASIL, 2013)

Destaca-se que no dia 18 de dezembro de 2007, a Organização das Nações Unidas decretou todo 2 de abril como o Dia Mundial do Autismo. Em 2008 houve a primeira comemoração da data pela ONU.

Desta forma explicita que no ano de 2011, no Dia Mundial da Conscientização do Autismo, todo 2 de abril, conforme decretado pela ONU em dezembro de 2007, a revista tornou-se a página oficial do evento no país, reunindo informação de ações de entidades e de pequenos grupos de pessoas em todo o Brasil, em prol da divulgação de informações sobre autismo na luta por mais direitos e menos preconceito.

Neste sentido as ações brasileiras para a data conseguiram inclusive iluminar grandes monumentos de azul (cor símbolo do autismo), como o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, a Ponte Estaiada em São Paulo, os prédios do Senado Federal e do Ministério da Saúde em Brasília, o Teatro Amazonas em Manaus, entre muitos outros. Desta forma Silva, (2012) ressalta que “este foi um marco para que o Brasil entrasse de vez no roteiro dos países que apoiam o WAAD” (World Autism Awareness Day) (SILVA, 2012, p. 163). Sendo assim a partir destes movimentos marcados pela luz azul que apareceram em alguns locais importantes no País que surgiu o Dia Mundial de Conscientização do Autismo.

Todavia no ano de 2012, o Brasil sancionou a “Lei Berenice Piana” — Lei 12.764, de 2012 —, que criou a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo, regulamentada pelo Decreto 8.368, de 2014. Por outro lado em maio de 2013, saiu à versão atualizada do Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais, o DSM-5 — substituindo o DSM-IV, criado em 1994 e revisado em 2000 — que cunhou o termo técnico Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), integrando todos os transtornos do espectro, sob o código 299.0.

Contudo em junho de 2018, a OMS lançou a CID-11, a nova versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, acompanhando o DSM-5 e também fundindo as classificações diagnósticas do espectro do autismo em um único código, o 6A02, para TEA.

3.3 A INCLUSÃO DA CRIANÇA AUTISTA A PARTIR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Neste contexto foi após a Constituição de 1988 que a educação passou a ser considerado um direito para todos e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB por meio dos artigos 29 e 30 a Educação Infantil (primeira etapa da educação básica) é oferecida em creches e em pré-escolas para alunos com diagnósticos de autismo ou demais transtornos. De acordo com a Lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012 (inciso IV do art.2º) para casos de diagnóstico comprovado, o aluno terá direito a acompanhante especializado, não sendo submetido a tratamentos considerados desumanos ou

degradantes e não estando privado nem de sua liberdade e nem do convívio familiar (Art.4º). Nas escolas, o gestor ou autoridade que se recusar a oficializar a matrícula de um aluno com transtorno ou qualquer outro tipo de deficiência será punido com multa de três a vinte salários mínimos (Art. 4º).

Neste sentido compreende-se que a educação é feita por um elo escolar e familiar, por isto as pessoas autistas precisam de um olhar especial que envolva sua educação. Por outro lado, explicita que a pessoa autista evolui a interação, a comunicação e a aprendizagem no seu próprio tempo, mas para isso é preciso de um apoio no ambiente em que vive, para que haja uma aprendizagem ligada ao mundo exterior. (GÓMEZ; TERÁN, 2014). Desta forma segundo Chiote (2013), é preciso detalhar um pouco mais a importância da educação escolar para o desenvolvimento do tratamento das pessoas que tem o espectro autista, destacando também que:

A inclusão escolar possibilita à criança com Autismo o encontro com outras crianças, cada uma em sua singularidade, o que muitas vezes não acontece em outros espaços pelos quais circula, que frequentemente priorizam um atendimento individual. O espaço escolar possibilita a vivência e as experiências infantis a partir da relação com outras crianças. A escola é o lugar da criança. (CHIOTE, 2013, p.20).

No entanto a escola regular possibilita ajudar a criança autista a amenizar as suas dificuldades de socialização e de linguística. Sendo assim o papel da escola é trabalhar a coletividade e também a individualidade, rompendo as barreiras de uma visão estabelecida pela sociedade que determina as pessoas com deficiências dos sujeitos “ditos normais”. Diante disto, a instituição educacional pode proporcionar aprendizagens significativas, pois, subsidia as potencialidades e as possibilidades de constituir a pessoa autista como um ser social capaz de realizar seus sonhos. (CHIOTE, 2013).

Neste sentido destaca-se que é considerável o número de alunos autistas nas escolas comuns. Desta forma explicita que estudos e pesquisas afirmam que a intervenção educacional tem apresentado impactos positivos na aprendizagem, no desenvolvimento e na participação desses alunos. Por outro lado, Kelman (2010) aborda a inclusão numa perspectiva dialógica onde são refletidas e discutidas as situações que envolvem a inclusão, bem como possíveis soluções, corroborando ainda para enriquecer este trabalho.

Desta forma antes de tudo compreende-se que na escola em que o professor mediador tem em sua sala de aula alunos com necessidades educacionais como os

Autistas onde precisam conhecer, mas métodos pedagógicos e psicológicos para lhe dar um suporte a qualquer eventualidade em que a criança venha precisar. Desta maneira para que esse profissional não sinta sozinho, por esses fatores, é necessário que se tenham uma parceria com as famílias e as escolas. Portanto, destacando que tendo assim um ganho na aprendizagem da criança com Autismo.

Neste sentido compreende-se que vista que a Inclusão Escolar de alunos com Autismo não se resume apenas em aluno dentro da escola, e sim que sua interação se dê num ambiente escolar como um todo em que este se estruture as necessidades do aluno não apenas com as necessidades físicas, e sim em todos os aspectos com métodos pedagógicos adequados ao Autista com atividades em que todo o corpo profissional da escola se integre.

Todavia compreende-se que para que esses alunos recebam essa devida atenção é necessário que as escolas se apropriem de fato e de direito de uma política educacional que proporcione formações adequadas aos professores como também, a apropriação de um projeto político pedagógico que vise garantir um atendimento respeitando as particularidades de cada aluno de modo que lhes traga um desenvolvimento positivo e um ensino de qualidade.

No entanto observa-se que o indivíduo com autismo encontra uma série de dificuldades ao ingressar na escola regular. Desta forma essas dificuldades passam a fazer parte da rotina dos professores e da escola como um todo. Por outro lado, compreende-se que uma maneira de melhorar a adaptação e, conseqüentemente, obter a diminuição dessa contingência trazida pela criança e promover sua aprendizagem é adaptar o currículo. Neste sentido de acordo com Valle e Maia (2010, p. 23), a adaptação curricular se define como “o conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologia para atender as diferenças individuais dos alunos”.

Todavia bem como se observa que são várias as opiniões sobre a inclusão escolar do Autista. Neste sentido embora todas elas produzissem uma mesma opinião em que as escolas precisam estar preparadas para receber e ensinar os alunos. Desta forma porem compreende-se que os professores precisam estar capacitados e preparados e conscientes

de que sua participação nesse processo será de suma importância junto à escola para que essa inclusão aconteça de verdade.

No entanto quando a inclusão do aluno com Autismo se torna inseridas nas escolas de ensino regular pode ser útil tanto para os alunos com necessidades educacionais especiais quanto para os ditos normais tanto para os alunos e o corpo docente e administrativo da escola. No entanto, sendo que a inclusão dos autistas nas escolas é de suma importância, no processo de ensino aprendizagem despertando nos educandos atitudes de solidariedade e igualdade na escola onde o indivíduo é orientado a trabalhar suas atitudes diante a sociedade. Para Cavaco (2014, p.31):

Incluir não é só integrar [...] não é estar dentro de uma sala onde a inexistência de conscientização de valores e a aceitação não existem é aceitar integralmente e incondicionalmente as diferenças de todos em uma valorização do ser enquanto semelhante com igualdade de direitos e oportunidades e mais do que desenvolver comportamentos é uma questão de conscientização e de atitudes (CAVACO, 2014, p.31).

Neste contexto destacamos que o professor é o principal responsável em tornar possível a socialização da criança com autismo na sala de aula e buscar adequar metodologias que venham atender as necessidades dos mesmos. No entanto é ele quem recepciona e estabelece o primeiro contato com a criança, seja ele positivo ou negativo, dessa forma é do professor o grande desafio de efetivar o processo de inclusão, considerando que é seu dever criar estratégias de desenvolvimento que atenda as necessidades de todos os alunos. Sendo assim vale ressaltar a importância de o professor identificar as dificuldades de seus alunos, pois é indispensável que ele conheça todas as características e tenha um pleno conhecimento do que é o autismo para que haja propriedades nas práticas aplicadas que visem na inclusão e no desenvolvimento dos alunos. Contudo conhecer para ajudar vai fazer uma grande diferença na vida destes alunos que muitas vezes sofrem preconceitos ou discriminação devido suas peculiaridades.

Desta forma destacamos que para que o professor tenha um auxílio na sua tarefa de educador é necessário que o aluno com o transtorno do espectro autista tenha um apoio pedagógica de modo em que ele possa desenvolver adequadamente as competências cognitivas e sociais, existem diversas formas de ensino realizadas e estruturadas que visam um melhor aperfeiçoamento em orientar o professor com as demandas trazidas com a inclusão das pessoas com autismo, nos diferentes graus apresentados pelo transtorno.

Por outro lado, destaca-se que o aluno com autismo encontra uma série de dificuldades ao ingressar em escolas de ensino regular. Assim como dificuldade que passam a fazer parte da rotina dos professores e da escola como um todo. Desta forma, para uma melhor adaptação dessa criança no ensino aprendizado. Neste sentido é necessário adaptar o currículo da instituição. Valle e Maia (2010) descrevem que a adaptação curricular se define como:

O conjunto de modificações que se realizam nos objetivos, conteúdos, critérios e procedimentos de avaliação, atividades e metodologia para atender as dificuldades individuais dos alunos. (p.23).

Desta forma a inclusão traz um admirar para mudança, para adequação e antigos hábitos e isso faz enxergarmos criticamente nós mesmos e a escola em que atuamos. Contudo, compreende-se que devemos alterar a realidade da escola, para que possamos lidar com as desigualdades, com as diferenças e que isso se torne uma conquista na busca por uma sociedade mais humana mais democrática e com oportunidades para todos.

Neste contexto busca-se compreender a importância da escola no desenvolvimento do aluno autista, destacando que a escola inclusiva deve ser aquela que demanda num sistema educacional e que reconhece e atende as diferenças individuais, respeitando as necessidades de todos os alunos. Desta forma compreende-se que o professor como os demais membros da escola comprometidos com uma educação com qualidade deve estar requalificando sua atuação como facilitador do processo ensino aprendizagem para que possa identificar as necessidades educacionais e apoiar os alunos em suas dificuldades.

Dessa maneira explicita que compete à escola buscar promover a interação social entre o aluno autista e os demais alunos considerados “normais”, para que dessa forma o desenvolvimento de habilidades relacionadas a linguagem seja desenvolvida. Por outro lado, compreende-se que o professor deve desafiar o aluno autista a participar de atividades interativas, favorecendo a comunicação entre todos os alunos. Sendo assim quando a criança autista frequenta a escola e é atendida por pessoas preparadas, ela recebe grandes benefícios. Neste sentido compreende-se que pelo simples fato de ter oportunidade de interagir com outros alunos da mesma idade lhe proporciona momentos de descobertas e aprendizado, embora muitas vezes esse avanço se torne imperceptíveis de compararmos com a padronização. Contudo segundo a particularidade, ele tem

avanços visíveis sim em curto prazo. Portanto, para isto acontecer às instituições escolares precisam estar preparadas estruturalmente e profissionalmente para esse aprendizado.

Desta forma percebe-se que o ambiente escolar, como uma instituição da sociedade tem o dever de adaptar e proporcionar aos alunos autistas a oportunidade de conviver socialmente. Neste sentido destaca-se que para que isso aconteça é necessário que a comunidade escolar, principalmente os professores tenham conhecimento do que é autismo, mas na maioria dos casos encontramos professores despreparados e alheios ao assunto.

Todavia o mais importante não é só capacitar o professor e sim a escola como um todo, do gestor a equipe de funcionários da escola, já que o aluno não está apenas na sala de aula [...] como a firma Alves, 2009.

Alguém tem que por obrigação treinar esses profissionais não adianta cobra sem dar subsídio suficiente para uma boa adequação destes indivíduos na escola. Esta preparação, com todos os profissionais serve para promover o progresso no sentido do estabelecimento de escola inclusiva (ALVES, 2009.p, 45.46.).

Neste sentido compreende-se que de acordo com os dispositivos legais, todas as pessoas com deficiências, possivelmente devem ser incluídas em instituições de ensino regular, sobre tudo na educação básica e ainda serem encaminhadas em turno contrário para o atendimento a ser realizado na sala de AEE atendimento educacional especializado, sendo assim entende-se que o apoio do profissional do atendente especializado que trabalha no contra turno na sala de AEE tem uma função de suma importância de proporcionar aos alunos da educação especial, subsídios pedagógicos acessíveis a todos inclusive os alunos com Autismo.

Segundo Carvalho (1997) o documento de Salamanca reforçou os princípios mundiais acerca da educação inclusiva:

[...] todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas [...] Crianças pertencentes a minorias linguísticas, etnias ou culturais [...] No contexto destas linhas de ação o termo ‘necessidades educacionais especiais’ refere-se a todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades se originam em funções dificuldades de aprendizagem [...] As escolas têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as

crianças inclusive as que têm deficiências graves (CARVALHO, 1997, p. 56)

Neste sentido destacamos que ao iniciar o processo de ensino aprendizagem de um estudante com autismo é necessário que o professor utilize metodologias que promovam a autonomia da criança, direcione o tempo de cada uma, utilize métodos e materiais adaptados e forneça apoio em toda mediação pedagógica. Dessa maneira Cunha (2002) afirma que para oferecer a uma criança autista a vontade de aprender, é preciso entrar em sintonia com ela, inserindo o que seria adequado a sua forma de se expressar. No entanto fazer o que ela está fazendo é um bom início para estabelecer uma comunicação criando uma sintonia para outras possibilidades.

Neste sentido explicita que os professores das escolas que recebem alunos com tais dificuldades precisam ter suas práticas profissionais adequadas e preparadas para atuar de forma significativa, algumas escolas até preferem professores que já tenham experiência no assunto. Desta forma destaca-se que a atualização e as competências profissionais são fatores de muita importância nesse contexto, além das competências sócio-afetivas-psicológicas, afinal nas palavras de Mantoan "Na inclusão, não é a criança que se adapta à escola, mas a escola que para recebê-la deve se transformar" (BASILIO; MOREIRA, 2014).

Portanto a proposta de um trabalho interdisciplinar no espaço escolar pode trazer muitos benefícios para os alunos especiais. Desta forma escola deve se adequar para atender todos os alunos independente de suas diferenças. Neste sentido deve haver a preocupação principalmente com a capacitação de seus docentes, pois estes é que irá mediar o processo educativo na sala de aula para os alunos autistas.

4. AUTISMO E SEUS DESAFIOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ATURIÁ

Nesta seção apresenta-se análise dos dados obtidos através de coleta de dados onde se fez uso de questionário ao corpo docente da Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá, localizada na Rua Emilio Médici, nº 2062, no bairro do agreste no Município de Laranjal do Jari.

Nesse contexto essa pesquisa levanta a seguinte **questão problema**: como ocorre a inclusão do educando autista na Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá? Desta forma, possui como **objetivo geral**: analisar a inclusão do educando autista na Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá.

4.1. PERFIL SÓCIO EDUCACIONAL

Durante o processo de pesquisa dentro da Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá, foi possível elaborar um perfil sócio educacional dos sujeitos. Neste sentido, as sujeitas da pesquisa são todas mulheres, com idade média de 43 anos, o tempo de atuação das sujeitas é em média de 16 anos na docência, o tempo de atuação com criança autista é em média de 07 anos, onde 80% das entrevistadas são formadas na educação especial inclusiva e 20% são formadas em licenciatura em pedagogia com especialização em metodologia aplicada em educação.

Nesse contexto, compreende-se que a prática da docência feminina significa um avanço quantitativo e qualificativo para a escolarização, vejamos o que Catani (1997) destaca:

A entrada das mulheres no exercício do magistério – o que, no Brasil, se dá ao longo do século XIX (a princípio lentamente, depois de forma assustadoramente forte) – foi acompanhada pela ampliação da escolarização a outros grupos ou, mais especialmente, pela entrada das meninas nas salas de aula. (CATANI, 1997, p.78).

Historicamente no período colonial, as mulheres tiveram sua educação no lar, voltada especificamente para as atividades domésticas. Somente em meados do século XIX que a participação feminina se iniciou, timidamente, pois os colégios destinados a mulheres eram particulares, onde muitos pensavam que o estudo para uma mulher não serviria para nada, pois sua função na sociedade era ser uma boa mãe e esposa.

Contudo, no decorrer dos anos, a mulher foi conquistando seu espaço no mercado de trabalho e na sociedade. A participação feminina na construção da história do país é de grande importância, passando por várias fases entre preconceitos e julgamentos terminando na mulher atual, emancipada e dona de seu destino. E nesse processo de construção da identidade feminina na educação, assume papel fundamental.

4.2 INCLUSÃO DO EDUCANDO AUTISTA NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ATURIÁ

A pesquisa foi desenvolvida por meio da aplicação de um questionário de consulta aplicada aos professores a fim de coletar informações mais precisas e consistentes a respeito das estratégias utilizadas nas salas e os principais desafios do professor para uma inclusão de qualidade. Com respaldo nas afirmações de Trivinõs (1987), o pesquisador pode e deve utilizar-se de métodos e técnicas, como entrevistas e questionários para confirmar suas hipóteses; decidiu-se nesta análise pela utilização de um questionário com perguntas com margem para registro de opiniões dos entrevistados. A seguir serão analisadas por categorias as respostas das sujeitas:

Buscando compreender a inclusão do educando autista na escola perguntamos aos sujeitos: Como ocorre a inclusão do educando autista na Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá? As respostas para esse questionamento encontram-se sistematizados abaixo:

O professor 01 destacou que: “Por meio de acompanhamento com professor especializado no contra turno e com orientações aos professores gerentes nas turmas regulares”. (p.01). Por outro lado, o professor 02 explicitou que: “Participando na turma regular e acompanhado pelo professor especializado no contra turno”. (p. 02).

Consequentemente foi destacado que “o aluno é matriculado e inserido na sala de aula normal, priorizamos e encaminhamos para os professores que já possui conhecimento ou participou de alguma formação”. (p. 03). Também se explicitou que “através de relatório do professor regular e professor do AEE, assim como da conversa com os pais e observação no dia a dia escolar”. (p. 04). Por fim evidenciou que “de forma mediana, pois a maioria dos profissionais da Escola não possui formação profissional para receber os alunos autistas”. (p. 05).

De acordo com as respostas dos sujeitos, pode-se observar que a Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá, é uma escola inclusiva onde implica num sistema educacional que reconhece e atende as diferenças individuais, respeitando as necessidades de todos os alunos.

O autista sente dificuldade em se relacionar ou se comunicar com outras pessoas, uma vez que ele não usa a fala como um meio de comunicação. Não se comunicando com outras pessoas acaba passando a impressão de que a pessoa autista vive sempre em um mundo próprio, criado por ele e que não interage fora dele. (MENEZES, 2012, p. 25).

Santos (2008) afirma que a escola tem papel importante na investigação diagnóstica, uma vez que é o primeiro lugar de interação social da criança separada de seus familiares. É onde a criança vai ter maior dificuldade em se adaptar às regras sociais - o que é muito difícil para um autista.

Desta forma, sendo a escola, o primeiro espaço e fundamental da manifestação da diversidade, decorre a necessidade de repensar e defender a escolarização como princípio inclusivo, reconhecendo a possibilidade e o direito de todos que não são por ela alcançados.

Objetivando compreender a inclusão do educando autista na escola perguntamos aos sujeitos: Como é analisada a inclusão do educando autista na Escola autista Municipal da Educação Infantil Aturiá? As respostas para esse questionamento encontram-se sistematizados abaixo:

O professor 01 destacou que: “De forma bastante positiva e acolhedora, pois por sermos diferenciados no atendimento nos tornamos referência no município”. (p. 01). Por outro lado, o professor 02 explicitou que “Através de relatório do professor da turma regular em parceria com o professor do AEE e conversando com os pais”. (p. 02). Em

seguida foi destacado que “a professora do Atendimento Educacional Especializado – AEE realiza a pesquisa junto aos responsáveis, ficha de anamnese, em seguida é repassada aos professores à situação”. (p. 03). Consequentemente foi destacado que “através de relatório do professor regular e professor do AEE, assim como da conversa com os pais e observação no dia a dia escolar”. (p. 04). Por fim evidenciou-se que “de forma mediana, pois a maioria dos profissionais da Escola não possui formação profissional para receber os alunos autistas”. (p. 05).

Conforme as respostas dos sujeitos, o movimento de inclusão traz como princípio básico, promover a Educação para todos, uma vez que, o direito do aluno com necessidades educacionais especiais e de todos os cidadãos à educação é um direito constitucional. A inclusão do educando autista nas escolas é de suma importância, no processo de ensino aprendizagem despertando nos educandos atitudes de solidariedade e igualdade na escola onde o indivíduo é orientado a trabalhar suas atitudes diante a sociedade. De acordo com Silva (2012, p.109):

Para as crianças com autismo clássico isso é aquelas crianças que tem maiores dificuldades de socialização, comprometimento na linguagem e comportamentos repetitivos, que fica claro a necessidade de atenção individualizada. Essas crianças já começam sua vida escolar com diagnóstico e as estratégias individualizadas vão surgindo naturalmente. Muitas vezes elas apresentam atrasos mentais e, com isso não conseguem acompanhar a demanda pedagógica como as outras crianças. E para essas crianças serão necessários acompanhamentos educacionais especializados e individualizados. SILVA (2012, p.109).

Desta forma, quando se fala de inclusão escolar não se pode tratar com uma ação de curto prazo, é preciso que as mudanças sejam feitas aos poucos, que o real significado desse termo seja entendido por todos os que convivem no âmbito escola.

Ao questionar a inclusão do educando autista na escola perguntamos aos sujeitos: Quais os desafios enfrentados no processo de inclusão do educando autista no âmbito escolar? As respostas para esse questionamento encontram-se sistematizados abaixo.

O professor 01 destacou que: “O principal desafio ainda é a aceitação da família que o filho é autista e formação aos professores regentes das turmas receptoras”. (p. 01). Por outro lado, o professor 02 explicitou que “O principal desafio é a formação do

professor da turma regular, sala adequada e aceitação da família dessas crianças”. (p. 02).
Conseqüentemente foi destacado que:

Apesar de haver alguns conhecimentos a respeito do aluno e sua especificidade o professor não consegue atender a todas as expectativas dos pais, tendo vista a falta de formação que ainda é insuficiente. (p. 03)

Adequação da escola através da sala multifuncional com materiais necessários, professor do AEE, professor regular com formação na área, profissional de apoio, material pedagógico adequado, entre outros. (p. 04)

Por fim, evidenciou-se que “os desafios são muitos, mas a grande problemática encontra-se na falta de formação profissional da maioria dos educadores e auxiliares de educadores”. (p. 05).

De acordo com as respostas dos sujeitos, são vários os desafios que enfrentam para efetivar a inclusão de alunos autistas na escola. Percebe-se que apesar de se falar muito em inclusão de alunos autista, para estes professores as dificuldades são várias e que podem resultar em um trabalho não muito adequado para o processo inclusivo. Na realidade ainda existem muitos obstáculos que dificultam o trabalho realizado pelos professores. Segundo Beyer:

O professor em sala de aula é peça fundamental para que a ação educativa junto aos alunos com necessidades educacionais especiais tenham margem razoável de sucesso. Assim, tanto a formação inicial como a formação continuada do professor em serviço deve englobar conceitos e uma prática pedagógica que criem as condições para uma prática educativa coerente com o projeto inclusivo (BEYER, 2007, p. 80).

Percebe-se nas respostas dos sujeitos onde mostra que a insegurança do professor quanto ao atendimento do aluno autista estar mais vinculada à falta de formação e conhecimento sobre a educação especial. A perspectiva da educação inclusiva nacional deve focar não somente na matrícula do aluno na escola, mas também no preparo do contexto da comunidade escolar a fim de recebê-lo e incluí-lo de fato no processo educativo.

Ao indagar sobre a inclusão do educando autista na escola perguntamos aos sujeitos: Que impasse enfrenta os professores para incluir as crianças com autismo no ensino da educação infantil? As respostas para esse questionamento encontram-se sistematizados abaixo:

O professor 01 destacou que: “A garantia que os mesmos terão em cuidador para ajudar com os mesmos”. (p. 01). Por outro lado, o professor 02 explicitou que “Falta de conhecimento ou formação adequada para melhor garantir o ensino aprendizagem de qualidade”. (p. 02). Conseqüentemente foi destacado que “falta de material adaptado, formação específica na área”. (p. 03). Também se explicitou que “falta de formação na área, falta de material adequado para adaptação de conteúdo, salas superlotadas, estrutura física da escola”. (p. 04). Por fim, evidenciou-se que “falta de apoio familiar e de uma maior organização institucional”. (p. 05).

Analisando as respostas dos sujeitos verificou-se a necessidade de mais formação e conhecimento por parte dos professores em relação a alunos autistas. Falta mais preparo dos professores para que sejam capazes de proporcionar ao aluno autista o que lhe é garantido por lei: O direito de aprender e viver em sociedade. Segundo Ropoli:

Para haver inclusão é necessário que haja aprendizagem, e isso traz a necessidade de rever os nossos conceitos sobre currículo. Este não pode se resumir as experiências acadêmicas, mas se ampliar para todas as experiências que favoreçam o desenvolvimento dos alunos normais ou especiais. Sendo assim as atividades de vida diária podem se constituir em currículo e em alguns casos, talvez seja os conteúdos que serão ensinados (ROPOLI, 2010, p.90).

Desta forma, compreende-se que para um professor que busca o conhecimento já não é fácil fazer o processo de inclusão destes alunos, quanto mais para aquele que não tem conhecimento sobre o autismo e não recebeu nenhum tipo de formação voltada para o assunto. Isto reflete claramente no resultado do seu trabalho em sala de aula. É de suma importância que o professor possua conhecimento sobre os métodos e técnicas adequadas para o desenvolvimento do aprendizado do aluno Autista.

Buscando a compreensão sobre a inclusão do educando autista na escola perguntamos aos sujeitos: Que saberes detêm sobre o autismo e sobre a inclusão? As respostas para esse questionamento encontram-se sistematizados abaixo:

O professor 01 destacou que: “São poucos os que procuram buscar mais conhecimentos sobre o assunto e acredito que o que sabem é o que vivenciam no dia a dia e pedem ajuda a coordenação”. (p. 01). Por outro lado, o professor 02 destacou que: “Sou formada em Educação Inclusiva, mais não tenho a pratica em sala de aula”. (p. 02). Conseqüentemente foi destacado que “Experiência de já ter trabalhado em anos anteriores e observado de como a acriança se comporta e com a parceria da família, busca aprimorar

seu trabalho”. (p. 03). Também explicitou que “Formação na área de educação especial e inclusiva, cursos na área do autismo, experiência profissional”. (p. 04). Por fim, evidenciou-se que “Tenho formação acadêmica e a pratica em sala de aula”. (p. 05).

De acordo com as respostas pode-se observar que as sujeitas tem formação na educação inclusiva, tem como experiência a pratica em sala de aula e mostram conhecer o transtorno do espectro do autismo e suas características. Este conhecimento pode ser favorável no trabalho desenvolvido em sala, na busca de estratégias e no próprio convívio com o aluno. Segundo Gauderer (1993, p. 34) “O Autismo é uma inadequacidade no desenvolvimento que se manifesta de maneira grave por toda a vida. [...]. Uma incapacidade na utilização social da linguagem assim como problemas graves de relacionamento social”.

Entender esta síndrome é um desafio enfrentado por muitos pesquisadores que buscam respostas ainda não encontradas. Algumas características são bem gerais e marcantes, como:

Tendência ao isolamento, ausência de movimento antecipatório, dificuldades na comunicação, alterações na linguagem, com ecolalia e inversão pronominal, problemas comportamentais com atividades e movimentos repetitivos, resistência à mudanças e limitação de atividade espontânea. Bom potencial cognitivo, embora não demonstrassem. Capacidade de memorizar grande quantidade de material sem sentido ou efeito prático. Dificuldade motora global e problemas com a alimentação. (KANNER, apud MENEZES, 2012, p. 37).

Desta forma, a formação do professor para lidar com os alunos com o autismo é de suma importância, pois o profissional é um dos principais responsáveis pela construção do conhecimento pedagógico ao aluno enquanto educando. Neste sentido compreende-se que o mais importante não é só capacitar o professor e sim a escola como um todo, do gestor a equipe de funcionários da escola, já que o aluno não está apenas na sala de aula.

Explorando a compreensão sobre a inclusão do educando autista na escola perguntamos aos sujeitos: Como estes saberes possa ajudar na sua pratica? As respostas para esse questionamento encontram-se sistematizados abaixo.

O professor 01 destacou que: “Ajuda a melhorar o atendimento as crianças que foram inclusas”. (p. 01). Por outro lado, o professor 02 explicitou que “A formação e práticas educacional é essencial para melhorar a inclusão no âmbito escolar”. (p. 02).

Consequentemente foi destacado que “Não atuo em sala de aula, mas há experiências adquiridas que reforçam meu fazer”. (p. 03). Também se explicitou que “a teoria é muito importante, pois para se ter sucesso na pratica educacional inclusiva precisa-se ter conhecimento prévio de como fazer a inclusão acontecer”. (p. 04). Por fim, evidenciou-se que “a formação acadêmica é fundamental para basear a pratica, mas garanto que a inclusão, seja de um aluno autista, ou de qualquer outra necessidade especial, deve ser algo intrínseco do educador”. (p. 05)

Mediante as respostas apresentadas compreende-se que a inclusão se concretiza na sala de aula. Neste sentido compreende-se que a visão do professor e suas ações pedagógicas respaldam a perspectiva inclusiva, dando sentido ao trabalho realizado em sala de aula em prol da socialização, integração e desenvolvimento do aluno autista. Portanto, o planejamento cuidadoso do professor busca contemplar estratégias de desenvolvimento para todos os alunos, buscando sempre realizar um trabalho interativo que favoreça a socialização.

[...] a educação representa uma experiência pessoal, social e política ampla e abrangente, tendo em vista suas finalidades e implicações para sua qualidade de vida e cidadania. Em se tratando de autismo, as oportunidades educacionais desempenham papel essencial para o desenvolvimento e inclusão social em diferentes contextos, contribuindo para o reconhecimento da pessoa como sujeito no seu ambiente sociocultural. (KELMAN, et al, 2010, p. 221).

Desta forma, percebe-se a importância da escola para o desenvolvimento do aluno autista, cabendo à mesma oferecer a este um ambiente acolhedor, capaz de lhe favorecer uma possível socialização.

Buscando compreender a inclusão do educando autista na escola perguntamos aos sujeitos: Como ocorre a relação da turma e a criança autista na sala de aula? As respostas para esse questionamento encontram-se sistematizados abaixo:

O professor 01 destacou que: “De forma bem natural, criança não tem nenhum tipo de preconceito e isso é bem legal”. (p. 01). Por outro lado, o professor 02 explicitou que “Percebo que acontece de maneira natural e sem preconceito, pois as crianças são muito verdadeiras e amáveis”. (p. 02). Consequentemente foi destacado que “É preciso parceria das famílias e compreensão dos demais pais para aceitar e ter empatia quando há situações equivocadas por parte dos pais, explicamos pra compreender a problemática”. (p.03). Por fim, evidenciou-se que:

Dependendo do cid da criança com autismo acontecem as intervenções para uma boa relação entre todos, buscando-se o bom convívio através das brincadeiras, atividades em grupos, duplas, respeito, ajuda mutua. (P. 04)

Tudo depende de como essa criança é acolhida, na verdade, toda criança autista ou não em suas peculiaridades, resta a nos educadores, tentar e tentar, pra que o aluno com autismo sinta-se no seu tempo, claro, pertencente a aquela turma. (P. 05)

Conforme as respostas apresentadas as crianças não apresentam nenhum tipo de preconceito em relação ao colega autista, pois como todos são crianças ainda não há percepção em relação à diferença entre eles. Neste sentido destaca-se que todos os alunos autistas são recebidos de forma natural. No entanto, em relação aos professores destacam a importância do planejamento realizado pela equipe escolar para o desenvolvimento de um trabalho dentro de uma rotina. Portanto explicita que para trabalhar com alunos autistas exige o desenvolvimento de práticas e estratégias pedagógicas que acolham a todos e respeite às diferenças.

Educar uma criança, por mais difícil que seja, aumenta o sentimento de amor na maioria das pessoas. Os pais sentem que a criança é parte deles e da família, não querendo que ela vá embora. Além disso, a criança autista pode ser bastante cativante e sua própria impotência e confusão faz brotar emoções profundas nos que lidam com ela. Então, quando começam a fazer progresso, a alegria que cada pequeno passo avante traz, parece muitas vezes maior do que é dado por uma criança normal (GAUDERER, 2011, p. 127).

Desta forma, compreende-se que a educação é importante na vida de qualquer pessoa, por isso, o progresso dos alunos autistas se torna ainda mais significativa, dada as circunstâncias muitas vezes difíceis enfrentadas por estes e por suas famílias. Desta forma compreende-se que o acolhimento de forma natural em sala de aula com os demais alunos transforma uma educação sem preconceito.

Questionando a inclusão do educando autista na escola perguntamos aos sujeitos: Há algum tipo de atendimento ou palestras para pais, professores e toda comunidade escolar sobre o TEA (transtorno do Espectro Autista)? Descreva.

O professor 01 destacou que: “Sim, sempre que é solicitado e o trabalho é fruto em parceria escola e família”. (p. 01). Em destaque o professor 02 respondeu que “Sim, existe sempre a parceria com a família, escola e apoio da secretaria de educação”. (p. 02). Conseqüentemente foi destacado que “Sim, e quando ofertado pela Semed, pois é difícil encontrar pessoas especializadas na área”. (p. 03). Por fim, evidenciou-se que “A

secretaria de educação por vezes oferta formação para professores. Esse ano de 2022 a professora do AEE fará uma roda de conversa com professores regulares e o pessoal de apoio da escola”. (p. 04).

Mediante as respostas apresentadas, existe uma parceria entre a escola, comunidade e a secretaria de educação municipal, onde destacam a importância da educação inclusiva no âmbito escolar. Neste sentido destaca-se que a Inclusão não significa, simplesmente, matricular os alunos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário à sua ação pedagógica.

[...] para uma educação efetivamente inclusiva é necessário que o processo educativo seja desenvolvido a partir da recriação da prática pedagógica, da importância dada à ação e à centralidade do sujeito, a flexibilidade da estrutura metodológica, a participação de todos. (BAPTISTA, 2002, p. 109).

Neste sentido, compreende-se que a inclusão de alunos especiais envolve múltiplas ações que devem ser adotadas não só no espaço escolar, mas exigem políticas amplas que envolvam capacitação, formação continuada de docentes e gestores, recursos para adequação de espaços e adquirir materiais didáticos pedagógicos que contribuam para uma ação docente mais dinâmica e atrativa que alcancem no desenvolvimento dos alunos especiais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou analisar o Autismo e seus desafios na educação básica na escola municipal de educação infantil Aturiá onde levanta a seguinte questão problema: como ocorre a inclusão do educando autista na Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá? Desta forma, possui como objetivo geral: analisar a inclusão do educando autista na Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá. Metodologicamente, trata-se um estudo de caso de abordagem qualitativa e faz uso de questionário como instrumento de coleta de dados. Os dados coletados na escola são analisados por meio da análise de conteúdo.

Desta forma com base no desenvolvimento da pesquisa foi possível perceber que, um grande número de pessoas Autistas é privado dos seus direitos tendo assegurado, na pratica a oportunidade de contribuir com seus desenvolvimentos cognitivos na sociedade. Neste sentido a pesquisa realizada referente à inclusão do Autista na educação básica no regular permitiu analisar que este processo ainda está em fase de adaptação para alguns professores.

Neste contexto compreende-se que no processo de avaliação da inclusão de autistas, na educação básica teve avanços, porem esse processo precisa ser de qualidade. Por outro lado, deste modo, a pesquisa nos possibilitou a compreender que a inclusão de autista na educação básica, requer mudanças nas práticas educativas, preparando esses profissionais a trabalharem com este público.

Após as análises dos questionários foi possível evidenciar a grande realidade vivida hoje na escola analisada e são evidentes o despreparo e a falta de conhecimento dos profissionais quanto às informações e manifestações do autismo. Neste sentido destaca-se que os professores têm conhecimento superficial das características e interação sobre o autismo, conseqüentemente apresentam receio ao receberem alunos autistas em sala de aula devidos os mesmos terem dificuldades na aprendizagem, na linguagem oral, no contato visual entre outros.

Desta forma, vale ressaltar que alguns professores se destacam demonstrando interesse em conhecer e se aprofundar nas características do autismo. Porém, sabe-se que a formação e as informações desses educadores não são suficientes para se trabalhar de forma adequada e significativa com tais alunos. Desta forma compreende-se que para que

o aluno autista desenvolva suas habilidades é necessária uma estrutura escolar eficiente, com preparo profissional de todos os envolvidos no processo educativo. Neste sentido explicita que como o aluno autista tem dificuldades de se adaptar ao mundo externo, a escola deve pensar na adequação do contexto. Portanto, compreende-se que não existem apenas salas de aulas inclusivas, mas escolas inclusivas. Por isso, destaca-se que é necessário que a escola crie uma rotina de situação no tempo e no espaço como estratégias de adaptação e desenvolvimento destes alunos.

Neste contexto destacamos que o papel da escola é de fundamental importância para o desenvolvimento de todos os alunos. Todavia buscar conhecer mais sobre o assunto, ter uma perspectiva inclusiva e preparar o quadro de docentes para trabalhar com alunos autistas é um importante começo. Desta forma aliado a isto, a busca de estratégias metodológicas de interação e desenvolvimento de todos os alunos deve ser alvo constante de uma escola inclusiva. Neste sentido a busca por meios e estratégias para o trabalho com alunos autistas depende muito do empenho, sensibilidade e disponibilidade do professor em manter-se informado sobre as atualidades na área.

Neste contexto destaca-se que a criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista tem assegurada por Lei, seu direito à educação no ensino regular, no entanto, a qualidade do profissional e das instituições tem sido fator de grande preocupação, uma vez que, para que de fato essa inclusão aconteça, o professor precisa inserir nos processos educativos, os apoios necessários (sejam eles recursos humanos ou materiais), além de proporcionar a essa criança o convívio mais adequado possível, de acordo com os parâmetros legais.

Desta forma explicita que a inclusão de crianças autistas é necessária para o preparo para a vida em comunidade, dando oportunidade de conviver com crianças que não possuem a síndrome. Contudo, ainda é preciso que os professores sejam capacitados para atender as crianças com autismo. Neste sentido compreende-se que a inclusão dessas crianças em escolas regulares promoverá experiências de socialização, tornando-as o mais independente possível.

Todavia destaca-se que a educação é importante na vida de qualquer pessoa, por isso, o progresso dos alunos autistas se torna ainda mais significativo, dada as circunstâncias muitas vezes difíceis enfrentadas por estes e por suas famílias.



Portanto conclui-se que o professor deve estar sempre em busca de formação para aperfeiçoar sua habilidade de repassar seu conhecimento de forma didática fazendo com que o autista se sinta confiante no ambiente escolar. Desta forma presume-se a necessidade de expandir os estudos nesta área através de mais pesquisas que foquem na realidade vivida por professores e alunos autistas no espaço escolar e, só assim, a inclusão escolar destes pode sim ocorrer com sucesso.

6. REFERENCIAS

ALVES, M. **Intervenção precoce e educação especial. Práticas de intervenção centrada na família.** Viseu: psicossoma, 2009.

BAPTISTA, C. R. **A inclusão e seus sentidos: entre edifícios e tendas.** In: BPTISTA, C. R. (org.). **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas.** Porto Alegre: Mediação, 2006, p. 93.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, p. 229. 2011.

BASILIO, A.; MOREIRA, J. **Autismo e escola: os desafios e a necessidade da inclusão.** 2014.

BEYER, H. O. **A educação inclusiva: ressignificando conceitos e práticas da educação especial:** Revista inclusão, v. 2, 8-12. 2007.

BORTOLOZZO, Ana Rita Serenato. **Banco de dados para o uso das tecnologias de informação e comunicação na prática pedagógica de professores de alunos com necessidades especiais.** Dissertação (mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia/anarita.pdf. Acesso em: 15 de maio de 2022

BOSA C. A. **As Relações entre Autismo, Comportamento Social e Função Executiva. Psicologia: Reflexão e Crítica,** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2001.

BRASIL, **Constituição Federal.** Brasília: MEC. 1988.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e B.** Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN, 9394),** Brasília: MEC 1996.

BRASIL, **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 18/05/2022.

BRASIL. Decreto nº 6.571/2008 e Decreto nº. 7611/11 – Atendimento **Educacional Especializado (AEE).** Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em 19/05/2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (Lei nº 9.394/96). Brasília: 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 8 jan. 2020

BRASIL. Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 28 dez. 2012.

CARVALHO, Rosita Edler. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro.

CAVACO, N. **Diagnostico prevenção e estratégia de intervenção e inclusão das crianças Autistas e com necessidades educacionais especiais**. Rio de Janeiro: wak editora, 2014

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. **Inclusão da criança com autismo na educação infantil: trabalhando a mediação pedagógica**. Rio de janeiro: Wak Editora, 2013.

CRUZ, Lídia de Lima Prata, ROCHA, Fabio Lopes. **O fenótipo ampliado do autismo em pais de indivíduos portadores do transtorno**. In: Síndrome de Asperger e outros transtornos do espectro do autismo de alto funcionamento: da avaliação ao tratamento. Walter Camargos Jr., (Org.) Belo Horizonte: Artesã Editora Ltda., 2013. p. 107 – 124.

DECRETO Nº 8.368, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, **que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

Diagnostico de gestão ambiental do município de laranjal do Jari. Disponível em <https://www.sigdoc.ap.gov.br/laranjaldojari>. Acesso 18 de maio de 2022.

GAUDERE, E.C. Apud PRAÇA, E.T.P.O. **Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular**. 2011. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/pdf>. Acesso em 07/04/2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 175 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999

GÓMEZ, Ana Maria Salgado; TERÁN, Nora Espinosa. **Transtornos de aprendizagem e autismo**. Editora Cultural. 2014.

GOODE, William J.; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Nacional, 1975.

KANNER, L. apud. KELMAM, C. A. [et al]. ALBUQUERQUE, D. e BARBATO, S. – Organizadoras. **Desenvolvimento Humano, educação e inclusão escolar**. Brasília, Editora UnB, 2010.

KELMAM, C. A. [et al]. ALBUQUERQUE, D. e BARBATO, S. - **Organizadoras. Desenvolvimento Humano, educação e inclusão escolar**. Brasília, Editora UnB, 2010.

KLIN, A. **Autismo e Síndrome de Asperger: uma visão geral**. Revista Brasileira de Psiquiatria. V.28 p. 3-11, 2006.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MARQUES, C. (2000). **Perturbações do espectro do autismo. Ensaio de uma intervenção construtivista desenvolvimentista com Mães**. Lisboa: Quarteto Editora. 2000.

MENEZES, A. R. S. **Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende**. Dissertação de Mestrado, UERJ, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Ciência, Técnica e a Arte: o Desafio da Pesquisa Social**. In: **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Suely Ferreira Deslandes (Org.) Petrópolis, RJ: VOZES, 1994, p. 09-29.

OLIVEIRA, Sílvio L. **Metodologia científica aplicada ao direito**. São Paulo: Thomson Learning, 2002.

ORRÚ, S. E. **A formação de professores e a educação de autistas**. Revista Iberoamericana de Educación (Online), Espanha, v 31, p 01-15, 2003.

ORRÚ, S. E. **Autismo, Linguagem e Educação: interação social no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009.

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.MEC.gov.br>. acesso em 25 de Setembro de 2019.

SACKS, O.W. **Tempo de despertar**. Companhia das letras: São Paulo 1997.

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. **Autismo: um desafio na alfabetização e no convívio escolar**. São Paulo: CRDA, 2008.

SANTOS, Luiz Carlos dos. **Questionário: considerações gerais** (2017). Disponível em www.lcsantos.pro.br/ Acesso em: 18 maio 2022.

SASSAKI, R. K. **O direito à educação inclusiva**, segundo a ONU. In: A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência Comentada. Brasília: Corde, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23º ed. São Paulo, editora Cortez, 2007.

SILVA, Ana Beatriz B. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio Janeiro: Objetiva, 2012. 287p.

SILVA, Andressa Henning; FOSSÁ, Maria Ivete Trevison. **Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação de técnica para análise de dados qualitativos**. Disponível em: <http://viacarreira.com/analise-de-conteudo>. Acesso 18/05/2022

SILVA, Fabiana de Lima da; FRANÇA, Aurenia Pereira de. SOBRAL, Maria do Socorro Cecílio. **Educação Inclusiva: O Autismo e os Desafios na Contemporaneidade**. Id on Line Rev.Mult. Psic., dezembro/2019, vol.13, n.48, p. 748-762. ISSN: 1981-1179.

SOUZA, J. F. (1997) “**Sistematização da experiência por seus próprios sujeitos**”. In **Tópicos Educacionais**. Recife-PE: UFPE, Centro de Educação. (1998), porque



sistematizar, In Centro Nordestino de Animação Popular, Almanaque de Metodologia da Educação Popular, Recife-PE: CEPE Companhia Editora de Pernambuco.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais, a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VALLE, T.G.M.; MAIA, A.C.B. **Aprendizagem do comportamento humano.** São Paulo: cultura acadêmica,2010

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo: Martins Font

7. APENDICE 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título do Projeto de pesquisa: Autismo e seus desafios na Educação básica na Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá

Pesquisador Responsável: Carla dos Santos Trindade e Lidiane Vieira Pimentel

Nome do participante: _____

1. Você está sendo convidado (a) para ser participante do Projeto de pesquisa intitulado: **Autismo e seus desafios na Educação básica na Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá**, que possui como **objetivo geral**: analisar a inclusão do educando autista na Escola Municipal de Educação Infantil de responsabilidade das pesquisadoras Carla dos Santos Trindade e Lidiane Vieira Pimentel. Caso se sinta esclarecido (a) sobre as informações que estão neste Termo e aceite fazer parte do estudo, peço que assine ao final deste documento, em duas vias, sendo uma via sua e a outra do pesquisadoras responsáveis pela pesquisa.

2. Saiba que você tem total direito de não querer participar. O nome dos participantes será mantido em sigilo, assegurando assim a sua privacidade, e se desejarem terão livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queiram saber antes, durante e depois da sua participação.

3. Os dados coletados serão utilizados única e exclusivamente para fins desta pesquisa, e os resultados poderão ser publicados.

Eu, _____, RG nº _____

_____ declaro ter sido informado e concordo em participar da pesquisa acima descrito.

Cidade, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do participante

APÊNDICE 2

QUESTIONARIO UTILIZADO PARA COLETA DE DADOS DA PESQUISA

- PERFIL SOCIO EDUCACIONAL

1) Nome: _____

2) Idade; _____

3) Sexo: F () M ()

4) Formação:

5) Tempo de atuação:

6) Tempo que trabalha com criança autista:

- INCLUSÃO DO EDUCANDO AUTISTA NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ATURIÁ

1) Como ocorre a inclusão do educando autista na Escola Municipal de Educação Infantil Aturiá?

2) Como é analisada a inclusão do educando autista na Escola autista Municipal da Educação Infantil Aturiá?

3) Quais os desafios enfrentados no processo de inclusão do educando autista no âmbito escolar?

4) Que impasse enfrenta os professores para incluir as crianças com autismo no ensino da educação infantil?

5) Que saberes detêm sobre o autismo e sobre a inclusão?

6) Como estes saberes possa ajudar na sua prática?

7) Como ocorre a relação da turma e a criança autista na sala de aula?

8) Há algum tipo de atendimento ou palestras para pais, professores e toda comunidade escolar sobre o TEA (transtorno do Espectro Autista)? Descreva.